

SUMÁRIO

Bala	anços patrimoniais individuais e consolidados	2
Der	nonstrações do resultado individuais e consolidadas	3
Der	nonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas	4
Der	nonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas	5
Der	nonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas	6
Der	nonstrações do valor adicionado individuais e consolidados	7
1	Considerações gerais	8
2	Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias	
3	Uso de estimativas e julgamentos	
4	Políticas contábeis materiais	
5	Caixa e equivalentes de caixa	
6	Caixa e aplicações restritas	
7	Contas a receber, líquidas	
8	Estoques	
9	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	
10	Investimentos diretos	
11	Imobilizado	_
12	Intangível	
13	Fornecedores	
14	Financiamento de fornecimento de produtos	
15	Financiamentos	
16	Arrendamentos	28
17	Tributos	31
18	Salário, férias, encargos, prêmios e incentivos	34
19	Benefícios concedidos a empregados	
20	Patrimônio líquido	
21	Receita de vendas	43
22	Custo e despesas por natureza	44
23	Resultado financeiro, líquido	46
24	Informações por segmento	47
25	Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências	50
26	Compromissos contratuais	59
27	Instrumentos financeiros	61
28	Gerenciamento de riscos	62
29	Partes relacionadas	73
30	Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa	76
31	Evento subsequente	76
	claração dos diretores sobre as demonstrações contábeis e sobre o relatório dos auditores	
	mbros do Conselho de Adminstração e Diretoria Executiva	
Rela	atório dos auditores independentes	81

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais)

		Consc	olidado	Contro	oladora			Consc	olidado	Contro	oladora
Ativo	Nota	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024	Passivo	Nota	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.473	10.480	3.019	9.316	Fornecedores	13	2.919	2.432	2.394	2.427
Caixa e aplicações restritas	6	70	-	-	-	Financiamento de fornecimento de produtos	14	267	-	267	-
Debêntures		34	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	15	3.462	2.695	2.631	2.592
Contas a receber, líquidas	7	6.121	4.953	5.753	5.295	Arrendamentos	16	98	80	173	183
Estoques	8	6.546	6.109	6.485	6.102	Adiantamentos de clientes	21.1	555	409	537	401
Adiantamentos a fornecedores		284	293	259	201	Imposto de renda e contribuição social		76	187	40	184
Imposto de renda e contribuição social		88	4	-	2	Impostos e contribuições a recolher	17	206	137	173	135
Impostos e contribuições a recuperar	17.1	2.800	2.764	2.769	2.756	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	20.3	1.355	1.512	1.355	1.512
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	474	486	458	470	Salários, férias, encargos, prêmios e incentivos	18	293	340	203	323
Despesas antecipadas		146	131	132	124	Planos de pensão e saúde	19	131	145	131	145
Instrumentos financeiros derivativos	27	3.625	461	93	461	Instrumentos financeiros derivativos	27	3.534	53	12	44
Outros ativos circulantes		307	160	97	147	Credores por aquisição de participações societárias	27	121	145	70	70
		25.968	25.841	19.065	24.874	Outras contas e despesas a pagar		357	379	285	328
								13.374	8.514	8.271	8.344
Não circulante						Não circulante					_
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	15	22.222	17.754	16.053	16.946
Caixa e aplicações restritas	6	108	-	-	_	Arrendamentos	16	568	279	483	492
Debêntures		325	-	-	-	Incentivos de longo prazo	18.2	31	16	19	16
Contas a receber, líquidas	7	960	843	967	985	Planos de pensão e saúde	19	726	757	726	757
Depósitos judiciais	25.2	1.336	1.333	1.334	1.331	Instrumentos financeiros derivativos	27	2.601	65	112	65
Impostos e contribuições a recuperar	17.1	5.202	5.046	5.194	5.046	Outros impostos diferidos		51	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.3	2.162	2.170	2.041	2.160	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.3	234	-	-	-
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	804	831	804	831	Provisão para processos judiciais e administrativos	25	1.172	1.135	1.156	1.134
Despesas antecipadas		45	47	42	47	Credores por aquisição de participações societárias	27	98	89	87	89
Instrumentos financeiros derivativos	27	3.165	442	191	442	Outras contas e despesas a pagar		153	6	317	225
Outros ativos realizáveis a longo prazo		187	95	81	57			27.856	20.101	18.953	19.724
		14.294	10.807	10.654	10.899			41.230	28.615	27.224	28.068
						Patrimônio líquido	20				
						Capital social realizado		10.034	10.034	10.034	10.034
						Ações em tesouraria		(105)	(105)	(105)	(105)
						Reserva de capital		24	92	24	92
						Reservas de lucros		11.744	11.479	11.744	11.479
Investimentos	10	1.865	3.921	10.843	5.634	Ajustes de avaliação patrimonial		(1.140)	(1.115)	(1.140)	(1.115)
Imobilizado	11	14.816	6.984	6.375	6.262			20.557	20.385	20.557	20.385
Intangível	12	5.291	1.447	844	784	Participação de acionistas não controladores		447	-	-	-
		36.266	23.159	28.716	23.579	9		21.004	20.385	20.557	20.385
		62.234	49.000	47.781	48.453			62.234	49.000	47.781	48.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

		Consolidado		Controladora		
			Período de três meses findos em 31 de março de		neses findos arço de	
	Nota	2025	2024	2025	2024	
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	21	44.906	39.599	42.914	39.395	
Marcação a mercado		(47)	-	-	=	
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22.1	(42.519)	(37.488)	(40.788)	(37.314)	
Lucro bruto		2.340	2.111	2.126	2.081	
Despesas operacionais						
Vendas	22.2	(742)	(668)	(744)	(669)	
Perdas de crédito esperadas		(14)	2	(6)	2	
Gerais e administrativas	22.3	(359)	(224)	(206)	(199)	
Tributárias		(34)	(35)	(34)	(35)	
Outras receitas (despesas), líquidas	22.4	314	443	304	443	
		(835)	(482)	(686)	(458)	
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		1.505	1.629	1.440	1.623	
Financeiras	23					
Despesas		(716)	(316)	(464)	(322)	
Receitas		313	189	234	186	
Variações cambiais e monetárias, líquidas		(268)	(207)	142	(205)	
		(671)	(334)	(88)	(341)	
Resultado de participações em investimentos	10	29	(71)	(470)	(58)	
Lucro antes dos impostos		863	1.224	882	1.224	
Imposto de renda e contribuição social	17.3					
Corrente		(189)	(451)	(148)	(444)	
Diferido		(73)	16	(119)	9	
		(262)	(435)	(267)	(435)	
Lucro líquido do período		601	789	615	789	
Participação atribuída aos acionistas controladores		615	789	615	789	
Participação atribuída aos acionistas não controladores		(14)	•	-	•	
Resultado por ação básico - R\$	20.4	0,5518	0,7045	0,5518	0,7045	
Resultado por ação diluído - R\$	20.4	0,5498	0,7025	0,5498	0,7025	

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

	Consolid	dado	Controladora Período de três meses findos em 31 de março de		
	Período de três n em 31 de ma				
	2025	2024	2025	2024	
Lucro líquido do período Outros resultados abrangentes	601	789	615	789	
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado Ajustes de conversão	(29)	8		8	
Resultados não realizados em instrumentos financeiros	4	-	4	-	
Resultado abrangente do período	576	797	590	797	
Participação atribuída aos acionistas controladores	590	797	590	797	
Participação atribuída aos acionistas não controladores	(14)	=	=	-	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

						C	Consolidade	o					Controladora
		Reservas de Capital /		Reservas de lucros									
	Capital social subscrito e integralizado	Transações de Capital e Opções outorgadas	Ações em Tesouraria	Incentivos fiscais	Legal	Estatutária	Retenção	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023	7.579	59	(1.150)	195	361	270	9.403	404	-	(1.390)	-	15.731	15.731
Opções outorgadas	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Transação de capital reflexa	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	21
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	8	8
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	789	-	=	789	789
Em 31 de março de 2024	7.579	87	(1.150)	195	361	270	9.403	404	789	(1.382)		16.556	16.556
Em 31 de dezembro de 2024	10.034	92	(105)	195	319	-	10.932	33	-	(1.115)	-	20.385	20.385
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	490	490	-
Opções outorgadas	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12
Aquisição / Venda de participação acionária	-	(110)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29) (139)	(110)
Transação de capital reflexa	-	30	-	-	-	-	-	-	-	=	-	30	30
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)	-	(29)	(29)
Lucro líquido do período Ganhos ou Perdas não realizados em instrumentos financeiros	-	-	-	- -	-	-	-	-	615 -	- 4	(14	601	615 4
Juros sobre capital próprio	-	_	_	_	_	-	_	-	(350)	-	-	(350)	(350)
Em 31 de março de 2025	10.034	24	(105)	195	319	-	10.932	33	265	(1.140)	447	` '	20.557

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

		Consolidado		Controladora		
		Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três i em 31 de m		
	Nota	2025	2024	2025	2024	
Atividade operacional						
Lucro líquido do período		601	789	615	789	
Ajustes: Imposto de renda e contribuição social	17.3	262	435	267	435	
Depreciação e amortização	22	242	143	131	139	
Resultado com alienação / baixas de ativos		(40)	(57)	(37)	(57)	
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	7	29	15	21	15	
Resultado de participações em investimentos Apropriação / baixa das bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	(29) 171	71 176	470 169	58 176	
Apropriação de seguros, aluguéis e outros	Ü	38	23	31	21	
Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas		(19)	443	(263)	442	
Resultado valor justo instrumentos financeiros derivativos	40	903	20	470	23	
Despesa com planos de pensão e saúde Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	19 25.1	27 58	33 (28)	27 57	33 (28)	
Provisão para Créditos de Descarbonização (CBIOS)	20.1	146	255	146	255	
Créditos de ICMS - Fim da definitividade - Substituição Tributária		3	(3)	3	(3)	
Créditos de PIS COFINS	17	(398)	(535)	(398)	(535)	
Provisão para perda de recuperabilidade de impostos Provisão de prêmios e incentivos		- 72	5 33	- 51	5 33	
Outros ajustes		-	(69)	(6)	(70)	
Redução (aumento) de ativos e aumento (redução) de passivos			(00)	(0)	(10)	
Contas a receber		(497)	60	(464)	220	
Estoques	•	(432)	(1.153)	(383)	(1.019)	
Bonificações antecipadas concedidas a clientes Despesas antecipadas	9	(132) (55)	(35) (21)	(130) (47)	(35) (18)	
Depósitos Judiciais		(13)	(13)	(13)	(13)	
Aquisição de Créditos de Descarbonização (CBIOS)		(165)	(293)	(165)	(293)	
Fornecedores		305	(113)	228	(352)	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29)	(10)	-	- (0.4)	
Impostos, taxas e contribuições Planos de pensão e de saúde		37 (72)	(65) (74)	109 (72)	(64) (74)	
Pagamento de prêmios e incentivos		(218)	(128)	(169)	(128)	
Pagamentos de processos judiciais e administrativos		(12)	(52)	(12)	(52)	
Adiantamentos de clientes		142	3	139	5	
Adiantamentos a fornecedores Outros ativos e passivos, líquidos		12 8	(108) 23	(58) 38	(108) 24	
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		945	(230)	755	(176)	
Atividades de investimentos			(===)		(11.1)	
Desembolsos por aquisições de imobilizados e intangíveis		(458)	(155)	(290)	(150)	
Desembolsos por aquisições/aportes de participações societárias		(191)	(5)	(5.694)	(168)	
Recebimentos pela venda de ativos		122	204	122	179	
Investimentos em TVM Dividendos recebidos		35 6	(6)	- 12	- 15	
Recebimentos de principal de empréstimos concedidos		22	_	-	-	
Mútuos concedidos		(103)	(10)	(7)	(10)	
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	2.3	(2.812)	-	-	-	
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos		(3.379)	28	(5.857)	(134)	
Atividades de financiamentos Financiamentos						
Captações	15.1	1.446	149	1.444	_	
Amortizações de principal	15.1	(3.371)	(343)	(2.086)	(246)	
Amortizações de juros	15.1	(179)	(173)	(110)	(168)	
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	20.3	(478)	(441)	(478)	(441)	
Arrendamentos Pagamentos de principal	16.2	(22)	(25)	(121)	(125)	
Pagamentos de juros	16.2	(10)	(16)	(9)	(17)	
Depósitos e aplicações restritas	6	(61)	-	=	-	
Resgate depósitos e aplicações restritas	6	12	-	-	-	
Contratos de swaps vinculados a operações de empréstimos		,	=			
Pagamentos de ajustes em contratos		(134)	(172)	(128)	(172)	
Recebimentos de ajustes em contratos Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamentos		293 (2. 504)	(1.010)	293 (1.1 95)	(1.158)	
Efeito de variação cambial sobre caixas e equivalentes de Caixa		(2.504)	(1.010)	(1.193)	(1.136)	
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no período		(5.007)	(1.190)	(6.297)	(1.468)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		10.480	6.666	9.316	6.157	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		5.473	5.476	3.019	4.689	

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

		Consolidado		Controladora		
		Período de tr findos em 31 d		Período de tr findos em 31 d		
	Nota	2025	2024	2025	2024	
Receitas						
Vendas de produtos e serviços e outras receitas		46.738	41.513	44.462	41.307	
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	7	(29)	(15)	(21)	(15	
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos		(47)	-	-	-	
Receitas relativas à construção de ativos para uso		240	133	239	133	
Insumos adquiridos de terceiros		46.902	41.631	44.680	41.425	
Custo dos Produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		42.484	37.438	40.729	37.264	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		1.089	964	1.055	956	
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos		1.208	1.144	1.208	1.144	
Ordando nodale dobre mountes adquinado		44.781	39.546	42.992	39.364	
Valor adicionado bruto		2.121	2.085	1.688	2.061	
Retenções						
Depreciação e amortização	22	242	143	131	139	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		1.879	1.942	1.557	1.922	
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de participações em investimentos	10	29	(71)	(469)	(58	
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais		540	215	465	211	
Aluguéis e royalties	22	115	113	115	113	
William Patrick Inc. Page 1		684	257	111	266	
Valor adicionado a distribuir		2.563	2.199	1.668	2.188	
Pessoal e administradores Remuneração direta						
Salários		168	146	144	137	
Prêmios por desempenho e outros incentivos		62	34	50	34	
		230	180	194	171	
Benefícios Vantagens		34	25	29	25	
Plano de aposentadoria e pensão		34	39	34	39	
Plano de saúde		20	13	17	13	
Fidilo de Saude		88	77	80	77	
FGTS		21	14	18	14	
		339	271	292	262	
Tributos						
Federais		172	(62)	13	(61	
Estaduais		156	565	128	564	
Municipais		14	22	9	22	
Exterior		-	5	<u> </u>	-	
Instituiçãos financeiros o fornacedoros		342	530	150	525	
Instituições financeiras e fornecedores Juros, variações cambiais e monetárias		1.217	549	554	552	
Aluguéis / arrendamentos		64	60	57	60	
Acionistas		1.281	609	611	612	
Juros sobre capital próprio		350	_	350	_	
Participação de acionistas não controladores		(14)		-	_	
Lucros retidos		(14) 265	- 789	265	789	
Lucios ieliuos		601	789	615	789 789	

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Vibra Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil e constituída em 12 de novembro de 1971.

A Vibra Energia S.A. tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia e de produtos químicos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no município do Rio de Janeiro - RJ.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária), e com o IAS 34 - Demonstração Intermediária emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Essas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas. Portanto, tais demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 06 de maio de 2025, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis intermediárias.

2.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado — DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. As IFRS não exigem a apresentação desta demonstração que, portanto, é divulgada como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.2 Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado e de passivo atuarial de benefício definido, reconhecido como o valor presente das obrigações deduzido do valor justo dos ativos do plano.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

2.3 Combinação de negócios

Comerc Energia S.A.

Em 21 de agosto de 2024, a Companhia celebrou um acordo para antecipar a aquisição dos 50% remanescentes da Comerc Energia S.A., em conjunto com a Perfin Infra e outros acionistas da Comerc. A transação foi avaliada em R\$ 3,52 bilhões, com data-base de 1º de julho de 2024, estando sujeita a ajustes pelo CDI até a data de liquidação.

Nesta operação, a Comerc foi avaliada em R\$ 7,05 bilhões. É importante ressaltar que o valor da aquisição estava abaixo do limite de R\$ 9,34 bilhões previamente aprovado em assembleia geral extraordinária da Vibra, realizada em 11 de agosto de 2022, dispensando assim a necessidade de nova convocação de assembleia para esta finalidade.

No âmbito da Operação, a Companhia adquiriu 181.514.631 ações ordinárias de emissão da Comerc, representativas de, aproximadamente, 50% do capital social votante e total da Comerc. Essas ações foram adquiridas do Sr. Cristopher Alexander Vlavianos, dos Fundos Perfin Infra e dos Acionistas Originais Minoritários, conforme definidos e qualificados no Acordo de Acionistas da Comerc celebrado em 25 de fevereiro de 2022.

Com a conclusão da Operação, em 16 de janeiro de 2025, a Companhia passou a deter 358.309.951 ações ordinárias da Comerc, representando cerca de 98,70% do capital social votante e total da sociedade, consolidando, assim, o controle.

O preço total de aquisição devido pela Companhia foi de R\$ 3.732 ("Preço de Aquisição"), correspondendo a R\$ 20,56 por ação de emissão da Comerc. Desse valor, foi retida uma parcela como garantia contratual.

A Comerc é uma holding de empresas que atuam na comercialização, gestão de energia para consumidores livres, geradores e pequenas distribuidoras, soluções de eficiência energética, baterias e plataformas de informação e tecnologia, sendo uma das principais comercializadoras de energia do Brasil.

A aquisição da Comerc está alinhada ao planejamento estratégico da Vibra e permitirá agregar competências complementares em uma plataforma integrada de energia.

A seguir apresentamos os montantes envolvidos na obtenção de controle da Comerc Energia S.A.:

Valor pago em dinheiro	3.641
Valor retido a pagar	91
Preço de aquisição	3.732
Participação dos acionistas não controladores a valor justo (*)	329
Valor justo da participação detida anteriormente pela Vibra	3.634
(-) Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	(4.859)
Ágio por rentabilidade futura (Goodwill) atribuível à Vibra	2.836

^(*) Baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos.

O goodwill é oriundo de experiência e reconhecimento da Comerc na gestão de energia e eficiência energética do Brasil, além de um ecossistema integrado que engloba os diversos ativos do segmento de energia.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O total dos ativos adquiridos e passivos assumidos no Consolidado Vibra está demonstrado a seguir:

	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	829
Caixas e aplicações restritas	125
Contas a receber	677
Instrumentos financeiros derivativos	3.657
Impostos e contribuições a recuperar	58
Partes relacionadas	419
Dividendos a receber	8
Venda de participação acionária	149
Estoques	4
Ativos da concessão	31
Impostos e contribuições diferidos	41
Outros ativos	61
Investimentos	1.551
Imobilizado	7.605
Intangível	782
Fornecedores	(451)
Empréstimos e financiamentos	(7.200)
Obrigações sociais e trabalhistas	(104)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(22)
Outros tributos a pagar	(42)
Adiantamentos de clientes	(25)
Partes relacionadas	(25)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.590)
Passivo de arrendamento	(208)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(14)
Impostos e contribuições diferidos	(262)
Provisão para perdas em investimentos	(4)
Provisão para desmobilização	(19)
Opções de compra de ações outorgadas	(134)
Outros passivos	(38)
Total valor justo dos ativos identificáveis	4.859

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo dos principais ativos adquiridos foram:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Investimento	Para os investimentos que já estão em operação e dispõem de estimativas atualizadas de projeções de fluxos de caixa, utilizou-se a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), que calcula o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontando-os a uma taxa apropriada. Para os demais investimentos, foi adotada a Avaliação Patrimonial, que se baseia no valor contábil do investimento registrado no balanço patrimonial.
Intangível (Direito de autorização, Parecer de acesso e Carteira de clientes)	Para o cálculo do valor dos intangíveis Direito de autorização, carteira de clientes e parecer de acesso, foi utilizada a metodologia Método Multi-period Excess Earnings (MPEEM) que é uma aplicação do método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD) para o cálculo do valor de ativos intangíveis sob uma perspectiva stand alone, que consiste na estimativa a valor presente dos fluxos de caixa após impostos, deduzindo as cobranças de ativos contributórios (CAC). O CAC consiste na remuneração dos demais ativos da companhia, os ativos necessários para a geração dos fluxos de caixa.
Imobilizado	Avaliação de um ativo com base na atualização custo de aquisição histórico e/ou no custo de reposição a novo, incluindo despesas diretas e indiretas, com posterior aplicação da depreciação a partir da relação entre a vida útil específica e idade do ativo avaliado.

VB0224 Participações Ltda.

Em 27 de dezembro de 2024, a VB0224 Participações, empresa controlada pela Vibra Energia, adquiriu o controle (100%) das empresas VSA Participações Ltda. e Cedro Serviços e Participações Empresariais Ltda., que, por meio de suas controladas operacionais, atuam no segmento de Transportadores Revendedores Retalhistas (TRR) de combustíveis.

No período findo em 31 de março de 2025 foi concluída a avaliação preliminar do ágio que havia sido divulgada na nota 10.6 das demonstrações de 31 de dezembro de 2024. Os montantes finais estão apresentados a seguir:

Ágio por rentabilidade futura (Goodwill)	53
(-) Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	(142)
Preço de aquisição	195
Valor retido a pagar	75
Valor pago em dinheiro	120

O goodwill é decorrente das sinergias esperadas na integração dos negócios das empresas atuantes no segmento de Transportadores Revendedores Retalhistas (TRR) de combustíveis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O total dos ativos adquiridos e passivos assumidos está demonstrado abaixo:

	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	6
Contas a receber	83
Impostos e contribuições a recuperar	7
Estoques	6
Outros ativos	4
Imobilizado	67
Intangível	79
Fornecedores	(18)
Empréstimos e financiamentos	(37)
Arrendamentos	(37)
Salários e encargos	(5)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(1)
Outros passivos	(12)
Total valor justo dos ativos identificáveis	142

3 Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar essas demonstrações contábeis intermediárias, a administração fez julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

Os julgamentos significativos feitos pela administração na aplicação das políticas contábeis e as principais fontes de incerteza de estimativa foram as mesmas que as aplicadas e evidenciadas na nota 3 das demonstrações financeiras consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4 Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações contábeis intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Conso	lidado	Controladora			
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024		
Caixa e Bancos	1.401	1.309	383	399		
Aplicações financeiras						
No país	3.639	8.931	2.203	8.677		
No exterior	433	240	433	240		
Total	5.473	10.480	3.019	9.316		

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As aplicações financeiras correspondem a (i) Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas emitidos por bancos de primeira linha e a (ii) fundos de investimentos no país, cujos recursos encontram-se aplicados majoritariamente em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais brasileiros. Todas as aplicações possuem liquidez imediata. As aplicações financeiras no exterior da Vibra Energia referem-se a aplicações de recursos no *Overnight*.

6 Caixa e aplicações restritas

Algumas controladas da Companhia (diretas e indiretas) possuem contas bancárias e/ou aplicações financeiras cujos saldos encontravam-se restritos em 31 de março de 2025. Os recursos financeiros encontram-se restritos temporariamente e sua utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais, sendo mantidos retidos conforme definições de seus respectivos contratos de financiamento. Eventualmente, os valores podem ser remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), respeitando as definições contratuais.

Em 31 de março de 2025 os saldos registrados como caixa e aplicações restritas totalizam R\$ 178 (R\$ 70 no ativo circulante e R\$ 108 no ativo não circulante).

7 Contas a receber, líquidas

	Conso	lidado	Contro	ladora
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Partes relacionadas (nota 29)	8		714	699
Terceiros	9.347	8.044	8.249	7.818
Total das contas a receber (nota 7.1)	9.355	8.044	8.963	8.517
Recebíveis de contratos com clientes	7.939	6.713	7.012	6.501
Outras contas a receber	1.416	1.331	1.951	2.016
Financiamentos a receber	1.265	1,329	1,422	1.486
Adiantamentos	-	-	528	528
Outros	151	2	1	2
Perdas de crédito esperadas				
Terceiros	(2.274)	(2.248)	(2.243)	(2.237)
Total das perdas de crédito esperadas	(2.274)	(2.248)	(2.243)	(2.237)
Contas a receber - líquidas	7.081	5.796	6.720	6.280
Contas a receber (circulante), líquidas	6.121	4.953	5.753	5.295
Contas a receber (não circulante), líquidas	960	843	967	985

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolid	ado	Controladora Período de três meses findos em 31 de março de		
	Período de três n em 31 de ma				
Mutação das perdas de crédito esperadas	2025	2024	2025	2024	
Saldo inicial	(2.248)	(2.358)	(2.237)	(2.350)	
(Adições)/Reversões, líquidas	(29)	(15)	(21)	(15)	
Baixas	15	17	15	17	
Combinação de negócios	(12)	-	-		
Saldo final	(2.274)	(2.356)	(2.243)	(2.348)	
Perdas de crédito esperadas (circulante)	(2.227)	(2.309)	(2.196)	(2.301)	
Perdas de crédito esperadas (não circulante)	(47)	(47)	(47)	(47)	

A Companhia apresenta R\$ 2.049 de contas a receber de clientes em cobrança judicial no consolidado e na controladora (R\$ 2.032 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2024). A Companhia reduz a zero a expectativa de recuperação da totalidade dos recebíveis em cobrança judicial.

7.1 Composição dos saldos de contas a receber - vencidos e a vencer

	Consolidado										
		31.03.2025			31.12.2024						
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas					
Vencidos											
Até 3 meses	192	(45)	147	99	(6)	93					
De 3 a 6 meses	63	(19)	44	25	(14)	11					
De 6 a 12 meses	59	(17)	42	102	(17)	85					
Acima de 12 meses	2.289	(2.146)	143	2.234	(2.143)	91					
Total	2.603	(2.227)	376	2.460	(2.180)	280					
A vencer	6.752	(47)	6.705	5.584	(68)	5.516					
Total	9.355	(2.274)	7.081	8.044	(2.248)	5.796					

	Controladora										
		31.03.2025			31.12.2024						
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas					
Vencidos											
Até 3 meses	173	(44)	129	96	(6)	90					
De 3 a 6 meses	59	(17)	42	23	(13)	10					
De 6 a 12 meses	53	(13)	40	98	(15)	83					
Acima de 12 meses	2.264	(2.122)	142	2.228	(2.137)	91					
Total	2.549	(2.196)	353	2.445	(2.171)	274					
A vencer	6.414	(47)	6.367	6.072	(66)	6.006					
Total	8.963	(2.243)	6.720	8.517	(2.237)	6.280					

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

8 Estoques

	Consc	olidado	Contro	oladora
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	1.282	1.161	1.293	1.159
Óleo diesel	2.300	2.187	2.235	2.189
Óleo combustível	176	178	176	178
Querosene de Aviação	523	426	523	426
Lubrificantes	419	424	419	424
Outros	21	30	21	30
Biocombustíveis (*)	1.208	1.040	1.208	1.040
	5.929	5.446	5.875	5.446
Produtos em trânsito (**)	363	363	363	363
Outros produtos	254	300	247	293
Total	6.546	6.109	6.485	6.102

^(*) Compreendem os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

Foi avaliado e não houve necessidade de reconhecimento de nenhuma provisão para redução ao valor realizável dos estoques de janeiro a março de 2025 e nem de janeiro a dezembro de 2024.

Garantias

A Companhia possui estoques dados em garantia em ações judiciais no montante de R\$ 187 em 31 de março de 2025 e de R\$ 196 em 31 de dezembro de 2024.

9 Bonificações antecipadas concedidas a clientes

				Consolidado				
31.12.2023 1.926	Adições 298	Baixa / apropriação (696)	Renegociação (218)	Transferências 7	31.12.2024 1.317	Adições 132	Baixa / apropriação (171)	31.03.2025 1.278
Circulante					486			474
Não Circulan	ite				831			804

Controladora											
31.12.2023	Adições	Baixa / apropriação	Renegociação	31.12.2024	Adições	31.03.2025					
1.926	286	(693)	(218)	1.301	130	(169)	1.262				
Circulante				470			458				
Não Circulan	ite			831			804				

As bonificações antecipadas concedidas a clientes estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento (nota 21). Os contratos de bonificação judicializados que possuem saldo a amortizar são provisionados em sua totalidade.

^(**) Inclui importações em andamento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

10 Investimentos diretos

10.1 Mutação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

		Controladora							
	31.12.2024	Combinação de negócio (a)	Aportes	Resultado de participações em investimentos (b)	Ajuste de conversão	Equivalência reflexa (c)	Transações com acionistas não controladores (d)	31.03.2025	Participação no capital total %
Controladas									
FII	171	-	-	9	-	-	-	180	99,01%
Vibra Trading BV	386	=	-	(10)	(29)	-	-	347	100,00%
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda	222	=	-	14	-	-	=	236	100,00%
Vibra Ventures	43	-	1	(1)	-	-	-	43	100,00%
VBBR Conveniência	684	-	-	3	-	-	-	687	100,00%
VB0224 Participações	207	-	-	2	-	-	-	209	100,00%
Comerc Energia	3.635	3.732	1.900	(514)	=	30	41	8.824	100,00%
	5.348	3.732	1.901	(497)	(29)	30	41	10.526	
Empreendimentos controlados em conjunto									
Evolua	237	-	-	29	_	4	-	270	49,99%
Demais empreendimentos (e)	49	=	-	(2)	-	-	-	47	33,33%
	286	-	-	27		4	-	317	
Total	5.634	3.732	1.901	(470)	(29)	34	41	10.843	

⁽a) Aquisição do controle com o aumento da participação acionária de 48,7% para 98,7%.

⁽b) Inclui amortização de mais/menos valia.

⁽c) Trata-se de transações de capital ocorridas na Comerc e registradas em reserva de capital.

⁽d) Refere-se às mudanças de participações da Vibra na Comerc, sem alteração no controle.

⁽e) Trata-se das SPEs Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

		Controladora								
	31.12.2023	Aportes	Resultado de participações em investimentos	Dividendos	Amortização mais valia de ativos	Ajuste de conversão	Equivalência reflexa	Impairment	31.12.2024	Participação no capital total - %
Controladas										
FII	145	-	62	(36)	-	-	-	-	171	99,01%
Vibra Trading BV	189	98	17	-	-	82	=	-	386	100,00%
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	-	225	(3)	=	=	-	-	-	222	100,00%
Vibra Ventures	23	14	6	=	-	-	-	-	43	100,00%
VBBR Conveniência	649	649 21	21	(4)	(3)	-	=	-	684	100,00%
VB0224 Participações	=	207	=	-	=	-	=	-	207	100,00%
	1.006	565	103	(40)	(3)	82	-	-	1.713	
Empreendimentos controlados em conjunto										
Comerc	3.913	-	61	=	(14)	-	18	(343)	3.635	48,70%
Evolua	166	-	71	-	-	-	-	-	237	49,99%
Zeg Biogás e Energia	356	18	(7)	-	(5)	-	-	(362)	-	50,00%
Demais empreendimentos	55	-	(6)	-	-	-	-	-	49	33,33%
	4.490	18	119	-	(19)	-	18	(705)	3.921	
Total	5.496	583	222	(40)	(22)	82	18	(705)	5.634	

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Aumento de capital na Comerc

Em assembleia geral extraordinária da Comerc Energia S.A. ("Comerc") realizada em 17 de janeiro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Comerc em R\$1,5 bilhão, mediante a emissão de 161.985.792 ações ordinárias pela Comerc, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia. Em decorrência do referido aumento de capital, a Companhia passou a ser titular de 520.295.743 ações ordinárias de emissão da Comerc, representativas de 99,10% do capital social votante e total da Comerc.

Em 14 de março de 2025, a Companhia adquiriu as ações restantes da Comerc pertencentes aos demais acionistas do bloco Vibra, totalizando 100% do capital social votante e total da Comerc. Após a aquisição do controle, a Companhia efetuou um novo aporte de R\$400.

Acordo para saída do Capital Social da Zeg Biogás

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia celebrou acordo para sua saída do capital social da sociedade ZEG Biogás e Energia S.A. ("ZEG"). A conclusão da transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em abril de 2025 (nota 31).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

11 Imobilizado

<u> </u>			Consolidado			
Custo do imobilizado Saldo em 31 de dezembro de 2023	Terrenos 416	Edificações e Benfeitorias 3,826	Equipamentos e Outros Bens 5.869	Ativos em Construção 1.452	Direitos de uso (a) 1.305	Total 12.868
Adições	15	141	154	541	122	973
Baixas	(40)	(88)	(185)	(1)	(657)	(971)
Transferências entre classes	-	38	154	(192)	-	-
Transferências – Adiantamento a Fornecedores	=	-	9	-	-	9
Combinação de negócios	1	-	50	-	-	51
Saldo em 31 de dezembro de 2024	392	3.917	6.051	1.800	770	12.930
Adições	-	-	35	309	67	411
Baixas	(4)	(15)	(25)	(4)	(9)	(57)
Transferências (b)	-	· · ·	32	(97)	57	(8)
Alocação mais valia de combinação preliminar (c)	3	2	38	` -	=	43
Juros capitalizados	=	=	-	6	=	6
Combinação de negócios	4	379	7.226	392	231	8.232
Saldo em 31 de março de 2025	395	4.283	13.357	2.406	1.116	21.557
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(1.751)	(3.654)	-	(509)	(5.914)
Depreciação	=	(138)	(221)	=	(105)	(464)
Baixas	=	47	145	=	268	460
Combinação de negócios	-	-	(28)	-	-	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(1.842)	(3.758)	-	(346)	(5.946)
Depreciação	-	(39)	(141)	-	(26)	(206)
Baixas	-	10	23	-	6	39
Combinação de negócios	=	(31)	(560)	=	(37)	(628)
Saldo em 31 de março de 2025	-	(1.902)	(4.436)	-	(403)	(6.741)
Saldo do imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2024	392	2.075	2.293	1.800	424	6.984
Em 31 de março de 2025	395	2.381	8.921	2.406	713	14.816
Tempo de vida útil estimada	ilimitada	01 a 60 anos	01 a 40 anos	n/a	01 a 32 anos	

⁽a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 16.

⁽b) Inclui ajuste a valor presente de outorga de arrendamento no valor de R\$ 12.

⁽c) Refere-se à alocação do laudo definitivo da combinação de negócios na VB0224 Participações ocorrida em 2024 (nota 2.3). Na ocasião do laudo preliminar, o montante pago acima do valor contábil dos ativos líquidos foi alocado como goodwill. Em 31.03.2025, com a obtenção do laudo definitivo, os valores estão sendo transferidos para os respectivos ativos que deram origem a mais valia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

			Controladora			
Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Direitos de uso (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	413	3.499	5.863	752	1.728	12.255
Adições	15	139	147	541	120	962
Baixas	(40)	(87)	(185)	(1)	(658)	(971)
Transferências entre classes	` -	38	154	(192)	` = ´	-
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	-	-	-	-	(13)	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	388	3.589	5.979	1.100	1.177	12.233
Adições	-	-	35	162	57	254
Baixas	(4)	(14)	(26)	-	(11)	(55)
Transferências (b)	= ′	1	7	(73)	53	(12)
Saldo em 31 de março de 2025	384	3.576	5.995	1.189	1.276	12.420
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(1.685)	(3.653)	-	(623)	(5.961)
Depreciação	=	(132)	(220)	-	(118)	(470)
Baixas	=	47	146	-	267	460
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(1.770)	(3.727)	-	(474)	(5.971)
Depreciação	-	(34)	(55)	-	(25)	(114)
Baixas	=	9	23	-	8	40
Saldo em 31 de março de 2025	-	(1.795)	(3.759)	-	(491)	(6.045)
Saldo do imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2024	388	1.819	2.252	1.100	703	6.262
Em 31 de março de 2025	384	1.781	2.236	1.189	785	6.375
Tempo de vida útil estimada	Ilimitada	01 a 60 anos	02 a 30 anos	n/a	01 a 60 anos	

⁽a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 16.

⁽b) Inclui ajuste a valor presente de outorga de arrendamento no valor de R\$ 12.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

12 Intangível

				Consolidado			
Custo do intangível	Direitos e Concessões (*)	Marcas	Relacionamento com clientes e direito de autorização	Créditos de Descarbonização	Softwares (a)	Goodwill	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	437	79		35	1.110	-	1.661
Adições (b)	3	-	-	851	293	-	1.147
Transferências	(8)	-	-	-	-	-	(8)
Aposentadoria CBIOS	-	-	-	(885)	-	-	(885)
Combinação de negócios	41	-	-	-	1	132	174
Saldo em 31 de dezembro de 2024	473	79	-	1	1.404	132	2.089
Adições (b)	17	-	-	165	81	-	263
Alocação mais valia de combinação preliminar (c)	-	-	41	-	-	(80)	(39)
Transferências	(7)	-	-	-	7	-	-
Transação de capital	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Aposentadoria CBIOS	-	-	-	(165)	-	-	(165)
Combinação de negócios	37	-	771	-	87	3.042	3.937
Saldo em 31 de março de 2025	520	79	812	1	1.579	3.091	6.082
Amortização acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(31)	(3)	-	-	(516)	-	(550)
Amortização	(15)	(3)	-	-	(72)	-	(90)
Transferências	1	-	=	=	-	-	1
Combinação de negócios	(2)	-	-	-	(1)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(47)	(6)	-	-	(589)	-	(642)
Amortização	(4)	-	(9)	-	(23)	-	(36)
Combinação de negócios	-	-	(82)	-	(31)	-	(113)
Saldo em 31 de março de 2025	(51)	(6)	(91)	-	(643)	-	(791)
Saldo do intangível							
Em 31 de dezembro de 2024	426	73	-	1	815	132	1.447
Em 31 de março de 2025	469	73	721	1	936	3.091	5.291
Tempo de vida útil estimada	5 a 31 anos	30 anos	25 anos	Indefinida	5 a 9 anos		

^(*) inclui contratos de fornecedores e franquias, entre outros.

⁽a) Em 31 de março de 2025 o saldo de software em desenvolvimento é de R\$558 (R\$ 406 em 31 de dezembro de 2024).

⁽b) Do total de R\$81 de adições de softwares (R\$ 293 em 31 de dezembro de 2024), R\$ 78 corresponde a desenvolvimento interno (R\$ 199 em 31 de dezembro de 2024).

⁽c) Refere-se à alocação do laudo definitivo da combinação de negócios na VB0224 Participações ocorrida em 2024 (nota 2.3). Na ocasião do laudo preliminar, o montante pago acima do valor contábil dos ativos líquidos foi alocado como goodwill. Em 31.03.2025, com a obtenção do laudo definitivo, os valores estão sendo transferidos para os respectivos ativos que deram origem a mais valia.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	<u>Controladora</u>								
	Direitos e	Créditos de							
Custo do intangível	Concessões	Descarbonização	Softwares (a)	Total					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17	35	1.089	1.141					
Adições (b)	-	851	265	1.116					
Aposentadoria CBIOS	-	(885)	-	(885)					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17	1	1.354	1.372					
Adições (b)	-	165	77	242					
Aposentadoria CBIOS	-	(165)	-	(165)					
Saldo em 31 de março de 2025	17	1	1.431	1.449					
Amortização acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(8)	-	(513)	(521)					
Amortização	(1)	-	(66)	(67)					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(9)	-	(579)	(588)					
Amortização	(1)	-	(16)	(17)					
Saldo em 31 de março de 2025	(10)	-	(595)	(605)					
Saldo do intangível									
Em 31 de dezembro de 2024	8	1	775	784					
Em 31 de março de 2025	7	1	836	844					
Tempo de vida útil estimada	10 a 13 anos	Indefinida	9 anos						

- (a) A Companhia apresenta saldo de R\$ 483 de software em desenvolvimento (R\$ 406 em 31 de dezembro de 2024).
- (b) Do total de R\$ 77 de adições de *softwares* (R\$ 265 em 31 de dezembro de 2024), R\$ 77 corresponde a desenvolvimento interno (R\$ 199 em 31 de dezembro de 2024).

13 Fornecedores

	Conso	lidado	Controladora			
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024		
Fornecedores						
No país	2.642	2.326	2.250	2.328		
No exterior	277	106	144	99		
Total	2.919	2.432	2.394	2.427		

14 Financiamento de fornecimento de produtos

A Companhia mantém parcerias com instituições financeiras para antecipação de pagamentos referentes à aquisição de produtos com o fornecedor Petrobras. Nestas operações, denominadas de risco sacado, o banco paga os valores devidos pela Vibra a Petrobras e, posteriormente, dentro do prazo contratado de 99 dias, o banco recebe da Vibra. Não são exigidas garantias adicionais na operação.

Os valores a pagar por financiamento de produtos são reconhecidos pelo valor presente do fluxo de pagamentos e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

Em 31 de março de 2025, o montante registrado como Financiamento por fornecimento de produtos é de R\$ 267.

A Companhia apresenta os fluxos de caixa dessas operações como atividade operacional.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

15 Financiamentos

			Conso	lidado		<u>Controladora</u>			
		31.03.2	2025	31.12.2	2024	31.03.2	2025	31.12.2	2024
País (moeda R\$)	Taxa de juros nominal média (a)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures não conversíveis									
Taxa flutuante (CDI)	15,78%	9.886	10.126	8.052	8.198	8.320	8.512	8.052	8.198
Taxa flutuante (IPCA)	13,26%	3.485	3.537	-	-	-	-	-	-
Taxa Fixa	15,13%	998	1.004	-	-	998	1.004	-	-
Empréstimos e financiamentos									
Taxa flutuante (IPCA)	11,14%	2.710	2.448	1.731	1.583	1.402	1.546	1.359	1.241
Taxa flutuante (CDI)	16,04%	2.220	2.285	2.181	2.237	2.192	2.256	2.149	2.205
Taxa flutuante (SELIC)	16,68%	11	12	-	-	-	-	-	-
Taxa flutuante (TR-M)	10,20%	21	17	-	-	-	-	-	-
Taxa Fixa	5,14%	27	21	5	5	-	-	-	-
Total país		19.358	19.450	11.969	12.023	12.912	13.318	11.560	11.644
Exterior (moeda USD)									
Empréstimos e financiamentos bancários									
Taxa flutuante (SOFR)	6,14%	1.494	1.503	1.596	1.566	1.030	1.037	1.094	1.068
Taxa Fixa	3,59%	4.832	4.722	6.884	6.588	4.742	4.631	6.884	6.588
Total exterior		6.326	6.225	8.480	8.154	5.772	5.668	7.978	7.656
Total de empréstimos e financiamentos		25.684	25.675	20.449	20.177	18.684	18.986	19.538	19.300
Circulante		3.462		2.695		2.631		2.592	
Não Circulante		22.222		17.754		16.053		16.946	

⁽a) Para cálculo de contratos com taxas flutuantes foi utilizada a taxa de 31 de março de 2025. As taxas das dívidas de 31.12.2024 estão apresentadas na nota 14 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Os custos de transações incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do saldo do passivo correspondente e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva. Em 31 de março de 2025, o montante apropriado ao resultado foi R\$ 5 (R\$3 em 31 de março de 2024). O saldo a apropriar nos próximos exercícios é de R\$ 101.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Principais movimentações ocorridas no período

Combinação de negócios

Em 16 de janeiro de 2025, a Companhia adquiriu o controle da Comerc Energia S.A.. O saldo de empréstimos e financiamentos adicionados ao balanço consolidado na posição de 31 de março de 2025 foi de R\$6.220 (R\$7.200 referente ao saldo adquirido na combinação de negócios – nota 2.3)

Captações Realizadas

Captações do Período								
Empresa	Banco	Produto	Data	Moeda	Principal (MLN)	Vencimento	Custo	
Vibra Energia S.A.	Bank of America Merrill Lynch	PPE	15/01/2025	USD	75	jan/30	SOFR + 1,85% a.a.	
Vibra Energia S.A.	9ª Emissão - Série Única	Debêntures	23/01/2025	BRL	1.000	fev/33	CDI + 1,05% a.a.	

Pré-pagamentos

Conforme a estratégia de gestão de passivos (liability management), foi realizado o pré-pagamento do empréstimo Loan 4131 junto ao Bank of America na data de 08/01/2025. Simultaneamente, ocorreu a captação de um novo financiamento PPE junto à mesma instituição, no mesmo valor, garantindo a continuidade da estrutura financeira planejada.

Ainda no contexto das iniciativas de liability management, foi realizado o pré-pagamento de duas dívidas da controlada Comerc e da controlada indireta Várzea, com o objetivo de reduzir o custo da dívida e potencializar sinergias financeiras.

Empresa	Banco	Produto	Moeda	Principal (MLN)	Data de Pré- Pagamento	Custo
Vibra Energia S.A.	Bank of America Merrill Lynch	Loan 4131	USD	75	08/01/2025	CDI + 1,64% a.a.
Comerc Energia S.A.	3ª Emissão - COMR13	Debêntures	BRL	1.000	31/01/2025	CDI + 3,20% a.a.
Várzea Solar Participações S.A.	1ª Emissão - VARZ11	Debêntures	BRL	145	31/01/2025	CDI + 2,10% a.a.

15.1 Movimentação

			Controladora		
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI's e Debêntures)	Outras Operações	Total	Total
No país		<u> </u>			
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2024	3.404	5.458	_	8.862	8.429
Captações	-	4.764	_	4.764	4.764
Amortização de principal	(1.200)	(602)	-	(1.802)	(1.704)
Amortização de juros	(397)	(663)	-	(1.060)	(1.060)
Alterações não caixa	, ,	, ,		, ,	, ,
Provisionamento de juros	342	726	_	1.068	1.068
Variações monetárias	_	100	_	100	63
Combinação de negócios	37	-	-	37	-
Total no país em 31 de dezembro de 2024	2.186	9.783	-	11.969	11.560
Captações	2	985	_	987	985
Amortização de principal	(10)	(1.246)	(29)	(1.285)	505
Amortização de juros	(41)	(39)	(13)	(93)	(31)
Alterações não caixa	(41)	(39)	(13)	(93)	(31)
Provisionamento de juros	86	467	17	570	388
Variações monetárias	1	117	-	118	23
Combinação de negócios	637	6.000	468	7.105	-
Custo de transação (*)	-	(13)	-	(13)	(13)
Total no país em 31 de março de 2025	2.861	16.054	443	19.358	12.912
No exterior					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2024	5.908	_	_	5.908	5.662
Captações	1.161	_	_	1.161	1.012
Amortização de principal	(299)	-	_	(299)	(299)
Amortização de juros	(214)	_	_	(214)	(181)
Alterações não caixa	(/		_	(/	(-)
Provisionamento de juros	235	_	_	235	206
Variação cambial	1.579	-	-	1.579	1.578
Ajuste acumulado de conversão	110	-	-	110	-
Total no exterior em 31 de dezembro de 2024	8.480	-	-	8.480	7.978
Captações	459	-	-	459	459
Amortização de principal	(2.086)	-	-	(2.086)	(2.086)
Amortização de juros	(86)	=	-	(86)	(79)
Alterações não caixa			-		
Provisionamento de juros	80	-	-	80	72
Variação cambial	(580)	-	-	(580)	(572)
Ajuste acumulado de conversão	(36)	-	-	(36)	-
Combinação de negócios	95	-	-	95	-
Total no exterior em 31 de março de 2025	6.326	-	-	6.326	5.772
Saldo final em 31 de março de 2025	9.187	16.054	443	25.684	18.684

^(*) Custo de captação reclassificado no período.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

15.2 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

									Consolidado	Controladora
								2032		
								em		
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	diante	Total	Total
Financiamentos País:	1.833	531	2.033	2.459	2.668	2.891	2.754	4.189	19.358	12.912
Financiamentos Exterior:	382	1.607	2.180	1.055	958	144	-	-	6.326	5.772
Em 31 de março de 2025	2.215	2.138	4.213	3.514	3.626	3.035	2.754	4.189	25.684	18.684
Em 31 de dezembro de 2024	3.005	1.753	3.184	3.340	3.112	1.732	4.323	1.401	20.449	19.538

Os valores justos dos financiamentos país são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot DI x Pré interpoladas e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2). Para os financiamentos feitos em moeda estrangeira os valores justos são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot interpoladas Cupom Cambial Limpo e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 28.

15.3 Linhas de crédito

A seguir apresentamos as linhas de crédito contratadas com instituições financeiras e com saldos em aberto:

Empresa	Instituição Financeira	Data de abertura do crédito	Vencimento	Montante contratado	Montante utilizado em 31/03/2025	Montante a utilizar
Nexway Comércio e Prestação de Serviços	BNDES	dez-23	16/08/2025	75	49	26
Nexway Comércio e Prestação de Serviços	BNDES	abr-24	31/01/2026	60	30	30

15.4 Covenants

A Comerc Energia, Hélio Valgas e Bon Nome Solar Participações possuem emissões de debêntures com covenants financeiros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa da Apuração	Indicador	Periodicidade	Limite
Comerc Energia S.A. / Hélio Valgas	Dívida Líquida / EBITDA	Trimestral ¹	5,25x
Hélio Valgas	ICSD ²	Anual	1,20x
Bom Nome Solar Participações	ICSD ²	Semestral	1,05x

Nota 1: 1ª apuração no 1T25 com limite de 5,25x e a partir de 1T26 o limite de 4,75x.

Nota 2: Índice de cobertura do serviço da dívida.

A Vibra Energia S.A. (Controladora) não possui contratos de dívida com covenants financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

No endividamento consolidado da Companhia existem covenants não financeiros, que devem ser cumpridos anualmente ou trimestralmente, incluindo, mas não se limitando a: (i) apresentação das demonstrações contábeis; (ii) não sofrer protestos de títulos em montantes previamente determinados; (iii) não figurar como inadimplente junto ao credor ou a qualquer instituição financeira ou de crédito conforme valores acordados; (iv) cumprir as normas aplicáveis referentes às leis anticorrupção, antiterrorismo e leis socioambientais; (v) não realizar reorganizações societárias não autorizadas ou vendas de ativos acima dos limites estabelecidos nos contratos, dentre outras cláusulas.

Não foi identificado nenhum descumprimento de covenants (financeiros e não financeiros) que ensejasse vencimento antecipado das operações de dívida consolidada da Companhia.

15.5 Garantias e depósitos vinculados

As dívidas contratadas pela Companhia no nível da controladora não possuem nenhuma Garantia real ou fidejussória.

As dívidas contratadas por algumas controladas da Companhia possuem garantias reais, tais como, fianças bancárias, penhor de ações, cessão fiduciária de créditos, alienação fiduciária de equipamentos, cessão de duplicatas e aplicações financeiras de uso restrito para cumprimento de obrigações atreladas aos contratos de financiamento (nota 6).

Em 31 de março de 2025, o montante de imobilizado dado em garantia totaliza R\$ 5.218.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16 Arrendamentos

16.1 Ativos de direito de uso – Movimentação por tipo de ativos

		Conso	lidado		Controladora			
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	406	381	9	796	458	636	11	1.105
Adições	118	1	3	122	118	1	1	120
Baixas	(23)	(366)	-	(389)	(25)	(366)	-	(391)
Depreciação	(85)	(16)	(4)	(105)	(94)	(20)	(4)	(118)
Transferências entre classes	(1)	1	-	-	-	-	-	-
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	-	-	-	-	(13)	-	-	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	415	1	8	424	444	251	8	703
Adições	65	-	2	67	57	-	-	57
Baixas	(2)	(1)	-	(3)	(2)	(1)	-	(3)
Depreciação	(23)	(1)	(2)	(26)	(23)	(1)	(1)	(25)
Transferências (a)	57	-	-	57	53	-	-	53
Combinação de negócios	183	6	5	194	-	-	=	-
Saldo em 31 de março de 2025	695	5	13	713	529	249	7	785
Prazo contratual	01 a 32 anos	01 a 10 anos	01 a 20 anos		01 a 30 anos	01 a 60 anos	01 a 20 anos	

⁽a) Inclui ajuste a valor presente de outorga de arrendamento no valor de R\$ 12.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16.2 Passivo de Arrendamento – Movimentação e conciliação com os fluxos de caixa de financiamento

	Conso	Controladora		
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Saldo início do exercício	359	748	675	1.161
Pagamento de principal	(22)	(25)	(121)	(125)
Pagamento de juros	(10)	(16)	(9)	(17)
Alterações não caixa				
Aquisições de direito de uso	124	23	90	12
Provisionamento de juros	13	16	16	26
Variações monetárias	-	-	6	9
Baixas	(1)	(1)	(1)	(1)
Combinação de negócios	208	-	-	-
Transferências	(5)	-	-	
Saldo Final	666	745	656	1.065

16.3 Fluxo de pagamentos

A seguir estão apresentados os fluxos de pagamentos dos arrendamentos:

		Controladora				
	F	Pagamento	s	Pagamentos		
Compromissos estimados	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor presente		
2025	129	(33)	96	68		
2026	118	(60)	58	136		
2027	90	(48)	42	61		
2028	73	(45)	28	50		
2029	66	(43)	23	43		
2030 em diante	911	(492)	419	298		
Em 31 de março de 2025	1.387	(721)	666	656		
Circulante			98	173		
Não circulante			568	483		
Em 31 de março de 2025			666	656		
Circulante	·		80	183		
Não circulante			279	492		
Em 31 de dezembro de 2024			359	675		

Os pagamentos das parcelas variáveis dos arrendamentos, assim como os pagamentos de arrendamentos de curto prazo que não compõem o passivo, foram reconhecidos no resultado totalizando R\$ 56 e R\$ 1 (R\$ 59 e R\$ 1 em 31 de março de 2024), respectivamente (consolidado e controladora).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Assim sendo, a Companhia está potencialmente exposta a saídas futuras de caixa de pagamentos variáveis de arrendamentos, principalmente associados a variações nos volumes vendidos. Esse fluxo está demonstrado a seguir:

Consolidado								
					2030 em			
2025	2026	2027	2028	2029	diante	Total		
120	186	139	132	127	478	1.182		

16.4 Taxas nominais médias de desconto

Prazos contratuais	Até 5	De 5 a 10	De 10 a	De 15 a	De 20 a
	anos	anos	15 anos	20 anos	25 anos
Taxa média de desconto (% a.a.)	9,26%	8,88%	9,46%	10,06%	10,54%

16.5 Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/n°2/2019

16.5.1 Apresentação dos arrendamentos, direito de uso e PIS/COFINS a recuperar - CPC 06 e Ofício CVM

Consolidado							
	Passivo de		Despesa		Contraprestação	PIS/COFINS	
	Arrendamento (*)	Direito de uso	Financeira	Depreciação	(**)	(**)	
CPC 06 (R2) (a)	608	714	13	26	592	35	
Ofício CVM (b)	833	852	20	33	444	16	

⁽a) Fluxo de caixa não inflacionado.

⁽b) Fluxo de caixa incluindo a projeção de inflação futura.

^(*) Referem-se a contratos impactados pela revisão IFRS16, ou seja, contratos anteriores à revisão e que já estavam classificados como arrendamento financeiro não estão sendo considerados nesta apresentação.

^(**) Os pagamentos das contraprestações dos arrendamentos podem gerar direito ao creditamento do PIS e COFINS, desde que atendam as condições previstas na legislação tributária.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17 Tributos

17.1 Impostos e contribuições

	Consolidado (a)								
		Ativ	0			Passivo			
	3	31.03.2025			31.03.	2025	·		
	Circulante	Não Circulante	Total	31.12.2024	Circulante	Total	31.12.2024		
ICMS PIS / COFINS	1.443 1.300	334 4.613	1.777 5.913	1.852 5.688	94 21	94 21	102 3		
IR a recuperar	-	181	181	157	-	-	-		
CSLL a recuperar	-	66	66	57	-	-	-		
IPI	17	-	17	16	-	-	-		
Outros	40	8	48	40	91	91	32		
Total	2.800	5.202	8.002	7.810	206	206	137		

⁽a) Valores da controladora não diferem substancialmente das informações do consolidado.

No período findo em 31 de março de 2025 a Companhia reconheceu crédito tributário no montante de R\$377 referente à exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS/COFINS, após decisão judicial transitada em julgado favoravelmente à Companhia – nota 22.4.

17.2 Programas de Anistias Estaduais

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia liquidou débitos tributários de ICMS junto a diversos Estados, por meio de Programas de Anistias.

31 12 2024

Estaduais

				j	
Estado	Lei Estadual / Decreto	Benefícios auferidos	Débitos Benefício de Existentes Redução		Valor pago após benefício
		Redução de 95 % multas por infrações e dos			
BA	Lei nº 14.761/24	acréscimos moratórios	17	12	5
Total			17	12	5

Estaduais

			31.12.2024	,
Lei Estadual / Decreto	Benefícios auferidos	Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor pago após benefício
Lei nº 17.843, de 7 de novembro de 2023 e Edital de nº 1/2024	Redução de 100% (cem por cento) dos juros e 50% das multas punitivas e moratórias	22	19	3
Lei Complementar 523 de 22/12/2023	Redução aplicada: 85% (oitenta e cinco por cento)	17	3	14
Programa Negocie Já - Lei nº 22.572/24	Redução de até 99% do valor total de multas e juros	17	9	8
		3	1	2
		59	32	27
	Lei nº 17.843, de 7 de novembro de 2023 e Edital de nº 1/2024 Lei Complementar 523 de 22/12/2023 Programa Negocie Já - Lei nº	Lei nº 17.843, de 7 de novembro de 2023 e Edital de nº 1/2024 Lei Complementar 523 de 22/12/2023 Redução de 100% (cem por cento) dos juros e 50% das multas punitivas e moratórias Redução aplicada: 85% (oitenta e cinco por cento)	Lei Estadual / Decreto Benefícios auferidos Existentes Lei nº 17.843, de 7 de novembro de 2023 e Edital de nº 1/2024 Redução de 100% (cem por cento) dos juros e 50% das multas punitivas e moratórias 22 Lei Complementar 523 de 22/12/2023 Redução aplicada: 85% (oitenta e cinco por cento) 17 Programa Negocie Já - Lei nº 22.572/24 Redução de até 99% do valor total de multas e juros 17 3 3	Lei Estadual / DecretoBenefícios auferidosDébitos ExistentesBenefício de ReduçãoLei nº 17.843, de 7 de novembro de 2023 e Edital de nº 1/2024Redução de 100% (cem por cento) dos juros e 50% das multas punitivas e moratórias2219Lei Complementar 523 de 22/12/2023Redução aplicada: 85% (oitenta e cinco por cento)173Programa Negocie Já - Lei nº 22.572/24Redução de até 99% do valor total de multas e juros17931

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.3 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

17.3.1 Movimentação

_	Consolidado						Controladora						
		Reconh	ecido no		:	31.12.2024		Reconhecido)		31/03/202	5	
						···	·		=		<u> </u>		
Origem do registro dos impostos diferidos	31.12.2023	lesultado	Patrimônio Líquido	Combinação de Negócios	Valor Líguido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Resultado	Combinação de Negócios	Valor líguido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Valor líquido
Contas a receber	36	(20)	-	-	16	16	-	5	-	21	21	-	19
Bonificações antecipadas	958	(60)	-	-	898	898	-	10	-	908	908	-	908
Imobilizado	(648)	107	-	-	(541)	85	(626)	(33)	-	(574)	85	(659)	(574)
Arrendamentos	359	(164)	-	-	195	195	-	(6)	-	189	189	-	189
Processos judiciais	454	(68)	-	-	386	386	-	8	1	395	395	-	393
Benefício Pós Emprego	539	(2)	(150)	-	387	447	(60)	(2)	-	385	445	(60)	385
Depósitos judiciais	(166)	(7)	-	-	(173)	-	(173)	(4)	-	(177)	-	(177)	(177)
Instrumentos financeiros derivativos	636	250	-	-	886	886	-	(37)	4	853	853	-	853
Ganho na avaliação a valor justo dos ativos aportados na constituição de JV	(138)	4	-	-	(134)	-	(134)	1	-	(133)	-	(133)	(133)
Provisão para Créditos de Descarbonização	17	(17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impairment de Investimento	-	240	-	-	240	240	-	-	-	240	240	-	240
Resultado a valor justo (earnouts e opções)	(9)	(136)	-	-	(145)	9	(154)	(31)	46	(130)	61	(191)	(161)
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	-	-	-	-	-	-	-	38	157	195	195	-	-
Valor justo da Mori Holding (*)	-	-	-	-	-	-	-	2	(174)	(172)	2	(174)	-
Passivo de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	-	-	-	-	-	-	-	16	(173)	(157)	-	(157)	-
Outros	157	(3)	-	1	155	183	(28)	(40)	(30)	85	174	(89)	99
Total	2.195	124	(150)	1	2.170	3.345	(1.175)	(73)	(169)	1.928	3.568	(1.640)	2.041

^(*) Empresa controlada da Comerc.

Os impostos diferidos compreendem ativo de R\$2.162 e passivo de R\$234 no balanço patrimonial, resultando em posição líquida de R\$1.928.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.3.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolid	dado	Controladora			
	Período de três n em 31 de m		Período de três meses findos em 31 de março de			
	2025	2024	2025	2024		
Lucro líquido antes dos impostos	863	1.224	882	1.224		
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(293)	(416)	(300)	(416)		
Ajustes para apuração alíquota efetiva:						
 Contribuição previdenciária 	(7)	(7)	(7)	(7)		
 Atualização dos Indébitos Tributários 	2	-	2	-		
 (Adições)/exclusões permanentes, líquidas 	(31)	(9)	(11)	(14)		
 Juros sobre o capital próprio 	119	-	119	-		
 Resultado de equivalência patrimonial 	12	(16)	(154)	(11)		
 Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior 	-	-	-	-		
Incentivos fiscais	5	6	5	6		
 Atualização de ações judiciais transitadas em julgado (*) 	81	2	81	2		
 Prejuízos fiscais/adições temporárias não reconhecidos no exercício 						
pela falta de expectativa de lucros tributáveis futuros	(43)	-	-	-		
 Diferença de presunção de base do lucro presumido (*) 	(105)	-	-	-		
Indébito tributário - PAT	(2)	5	(2)	5		
Imposto de renda e contribuição social	(262)	(435)	(267)	(435)		
IR e CSLL correntes	(189)	(451)	(148)	(444)		
IR e CSLL diferidos	(73)	16	(119)	9		
	(262)	(435)	(267)	(435)		
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	30,4%	35,5%	30,3%	35,5%		

^(*) O prejuízo líquido apresentado pelas empresas do lucro presumido deve-se, principalmente, à marcação a mercado do derivativo embutido contido no contrato de venda de energia.

17.3.3 Imposto Mínimo Complementar Global (Pilar Dois)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou as regras modelo do Pilar Dois ("Global Anti-Base Erosion" ou GloBE Rules), que introduzem um imposto mínimo complementar global para grupos multinacionais com receita consolidada anual superior a € 750 milhões. O objetivo é assegurar que esses grupos paguem um nível mínimo de imposto sobre o lucro (alíquota efetiva mínima de 15%) em cada jurisdição onde operam.

No Brasil, a legislação do Pilar Dois foi implementada pela Lei nº 15.079/2024, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. A companhia possui operações relevantes para fins do Pilar Dois na Holanda, jurisdição que já implementou legislação similar e, Estados Unidos da América, que ainda discute potencial implementação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Conforme as alterações recentes no Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (equivalente à IAS 12), a companhia aplicou a exceção temporária obrigatória prevista no item 4A do CPC 32 e, portanto, não reconheceu nem divulgou informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação do Pilar Dois (item 88A do CPC 32).

A Vibra tem realizado avaliações da sua exposição aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois, considerando as operações no Brasil, Holanda e EUA. Com base nas análises efetuadas, a companhia concluiu que se qualifica para as regras de transição simplificadoras ("transitional safe harbours") previstas pelas legislações brasileira, holandesa e diretrizes da OCDE. A aplicação destas regras simplificadoras resultou na determinação de que não há imposto complementar do Pilar Dois a ser pago pelo grupo referente a este período. Portanto, a despesa (receita) de imposto de renda corrente relacionada aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois, requerida pelo item 88B do CPC 32, é de 0 (zero) para o período.

Embora a legislação do Pilar Dois esteja em vigor no Brasil e na Holanda, sua aplicação envolve complexidade significativa. A Companhia continuará monitorando a evolução da legislação e regulamentação nas jurisdições em que opera, as interpretações administrativas e o desenvolvimento de práticas contábeis, bem como avaliando continuamente os potenciais impactos fiscais e contábeis futuros.

18 Salário, férias, encargos, prêmios e incentivos

	Conso	lidado	Controladora		
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024	
Provisão de férias	93	78	78	77	
Salários, encargos e outras provisões	113	92	88	76	
Prêmio por desempenho / Incentivos de curto prazo (nota 18.1)	57	170	37	170	
Incentivos de longo prazo (nota 18.2)	30	-	-	_	
Total registrado no circulante	293	340	203	323	
Incentivos registrados no não circulante (nota 18.2)	31	16	19	16	
Incentivos registrados no patrimônio líquido (nota 18.2)	84	72	84	72	

18.1 Incentivos de curto prazo aos empregados e aos membros da Diretoria Executiva

Em 31 de março de 2025, foram provisionados os montantes de R\$ 43 no consolidado e R\$ 36 na controladora (R\$ 167 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2024) para pagamento de incentivos de curto prazo aos empregados e aos membros da Diretoria, tendo sido pagos no período R\$ 218 no consolidado e R\$ 169 na controladora.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

18.2 Incentivos de longo prazo

18.2.1 Incentivos de longo prazo

A controlada Comerc Energia possui uma política de incentivo de longo prazo com liquidação em caixa, composto por um programa de retenção e por um programa de performance de longo prazo.

O programa prevê período de apuração de três anos, com pagamento no início do quarto ano, estando vigentes os programas de 2023 e 2024.

O prêmio somente será plenamente adquirido se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: vínculo empregatício durante o período e atingimento de determinadas métricas de desempenho pela Companhia, conforme pesos e valores estabelecidos nos contratos de outorga.

No final de 2021, a Comerc realizou a primeira outorga do plano de retenção de executivos também com a condição de vínculo empregatício e avaliação econômica da empresa no final do 4º aniversário da outorga, a qual será apurada por empresa especializada independente. Foi determinado um valor target de avaliação da Comerc nos contratos outorgados.

Em 31 de março de 2025 o saldo reconhecido é de R\$ 41 (R\$ 30 no passivo circulante e R\$ 11 no passivo não circulante). Em 31 de março de 2025, a Comerc reconheceu no resultado o montante de R\$ 14, referente aos incentivos de longo prazo.

18.2.2 Planos de pagamentos baseados em ações

Em 31 de março de 2025, a Companhia reconheceu no resultado como despesa de pessoal o montante de R\$ 15, incluindo encargos sociais, referente aos planos de pagamento baseado em ações (R\$ 6 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025 o saldo reconhecido é de R\$ 103 (R\$19 no passivo não circulante e R\$ 84 no patrimônio líquido). Em 31 de dezembro de 2024 o saldo reconhecido era de R\$ 88 (R\$ 16 no passivo não circulante e R\$ 72 no patrimônio líquido).

Seguem informações dos programas em aberto:

Vibra Energia S.A. Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Programa	Data da outorga	Fim da carência	Data de expiração	Quantidades outorgadas	Quantidades canceladas	Ativos Exercidos / Resgatados	Ativos liberados para exercício em 31.03.2025 (*)	Ativos em carência em 31.03.2025	Preço de exercício na outorga	Preço de exercício atualizado	Valor justo na outorga	
Stock Options 2020	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	1.498.318	418.292	1.008.604	71.422	-	R\$ 21,81	R\$ 15,32	R\$ 7,36	R\$ 4,68
Stock Options 2020	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	1.918.884	838.864	980.147	99.873	-	R\$ 21,81	R\$ 15,32	R\$ 7,36	-
Stock Options 2021	15/04/2021	15/04/2024	15/04/2027	3.409.339	1.107.566	1.774.089	527.684	-	R\$ 21,73	R\$ 16,17	R\$ 6,39	-
Stock Options 2022	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2028	1.568.652	784.206	-	291.066	493.380	R\$ 23,02	R\$ 19,48	R\$ 4,50	-
Stock Options 2022 CA	28/04/2022	28/04/2024	28/04/2027	588.234	196.078	196.078	196.078	-	R\$ 23,02	R\$ 19,48	R\$ 4,59	-
Stock Options 2022 CA	03/05/2022	03/05/2024	03/05/2027	392.156	-	196.078	196.078	-	R\$ 23,02	R\$ 19,48	R\$ 4,59	-
Stock Options 2022 CA	05/05/2022	05/05/2024	05/05/2027	196.078	-	-	196.078	-	R\$ 23,02	R\$ 19,48	R\$ 4,59	-
Stock Options 2023	27/04/2023	27/04/2026	27/04/2029	1.309.226	61.361	-	229.573	1.018.292	R\$ 14,56	R\$ 11,86	R\$ 5,51	-
Stock Options 2023	03/07/2023	03/07/2026	03/07/2029	109.489	-	-	-	109.489	R\$ 15,80	R\$ 13,10	R\$ 6,82	-
Stock Options 2023	01/08/2023	01/08/2026	01/08/2029	106.305	-	-	-	106.305	R\$ 16,95	R\$ 14,25	R\$ 6,82	-
Stock Options 2024	18/04/2024	18/04/2027	18/04/2030	886.607	31.403	-	63.583	791.621	R\$ 24,81	R\$ 22,95	R\$ 10,30	-
Stock Options 2024 CA	18/04/2024	18/04/2026	18/04/2029	868.353	108.544	-	-	759.809	R\$ 24,81	R\$ 22,95	R\$ 8,95	-
Matching 2021	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2025	41.650	15.269	-	13.385	12.996	-	-	R\$ 21,27	-
Performance Share 2022	28/04/2022	28/04/2025	-	939.613	363.301	-	102.416	473.896	-	-	R\$ 23,02	-
Performance Share 2022	28/04/2022	28/04/2025	-	99.060	39.234	-	11.380	48.446	-	-	R\$ 21,98	-
Performance Shares 2022	01/05/2022	01/05/2025	-	1.741	-	-	-	1.741	-	-	R\$ 21,76	-
Performance Shares 2022	18/05/2022	18/05/2025	-	9.519	-	-	-	9.519	-	-	R\$ 19,85	-
Performance Shares 2023	27/04/2023	27/04/2026	-	1.740.507	237.370	-	173.756	1.329.381	-	-	R\$ 14,56	-
Performance Shares 2023	03/07/2023	03/07/2026	-	85.442	-	-	-	85.442	-	-	R\$ 15,80	-
Performance Shares 2023	03/07/2023	03/07/2026	-	9.495	-	-	-	9.495	-	-	R\$ 34,52	-
Performance Shares 2023	01/08/2023	01/08/2026	-	76.990	-	-	-	76.990	-	-	R\$ 16,95	-
Performance Shares 2023	01/08/2023	01/08/2026	-	7.656	-	-	-	7.656	-	-	R\$ 34,23	-
Performance Shares 2024	18/04/2024	18/04/2027	-	1.219.631	75.868	-	52.793	1.090.970	-	-	R\$ 26,76	-
Performance Shares 2024	05/06/2024	05/06/2027	-	1.667	-	-	-	1.667	-	-	R\$ 24,00	-
Performance Shares 2024	10/06/2024	11/06/2027	-	2.101	-	-	-	2.101	-	-	R\$ 23,87	-
Performance Shares 2024	10/06/2024	10/06/2027	-	111	-	-		111	-	-	R\$ 23,87	-
Performance Shares 2024	17/06/2024	17/06/2027	-	5.730	-	-	-	5.730	-	-	R\$ 23,56	-
Programa Especial de Performance 2023	01/02/2023	01/02/2028	01/02/2028	975.142	-	-	-	975.142	-	-	R\$ 15,69	-
Programa Especial de Performance 2023	01/02/2023	01/02/2028	01/02/2028	108.351	-	-	-	108.351	-	-	R\$ 40,99	-
Programa Especial de Performance 2023	03/07/2023	03/07/2028	03/07/2028	128.084	-	-	-	128.084	-	-	R\$ 18,05	-
Programa Especial de Performance 2023	03/07/2023	03/07/2028	03/07/2028	14.231	-	-		14.231	-	-	R\$ 45,32	

^(*) Inclui ativos com pedidos de liberação/resgate ainda em análise na data do relatório.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

19 Benefícios concedidos a empregados

As obrigações da Companhia relativas aos planos de pensão e de saúde estão representadas a seguir:

	Conso	lidado	Contro	ladora
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Plano de pensão Petros Repactuado	610	621	610	621
Plano de pensão Petros Não Repactuado	247	248	247	248
Plano de saúde	-	33	-	33
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	857	902	857	902
Circulante	131	145	131	145
Não circulante	726	757	726	757

A movimentação dos benefícios concedidos a empregados está apresentada a seguir:

		Consc	olidado	
	Planos de Pensão			
	PPSP-R	PPSP- NR	Plano de saúde	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2024	893	307	72	1.272
(+/-)Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	(393)	(50)	100	(343)
(+) Custo incorrido no período	2	-	1	3
(-)Pagamento de contribuições	(93)	(37)	(145)	(275)
(+)Juros líquidos sobre passivo líquido	81	28	5	114
Saldo em 31 de dezembro de 2024	490	248	33	771
Parcelamento da dívida				
Saldo em 1º de janeiro de 2024	134	-	-	134
Custo dos juros	12	-	-	12
Pagamento de termo financeiro	(15)	-	-	(15)
Saldo parcelamento da dívida em 31 de dezembro de 2024	131	-	-	131
Circulante	93	38	14	145
Não circulante	528	210	19	757
	621	248	33	902
Saldo em 31 de dezembro de 2024	490	248	33	771
(+) Custos incorridos no período	15	7	1	23
(-) Pagamento de contribuições	(7)	(2)	(34)	(43)
(-) Equacionamento De Déficit - Plano Petros	(15)	(6)	-	(21)
Saldo passivo atuarial em 31 de março de 2025	483	247	-	730
Parcelamento da dívida				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	131	-	-	131
Custo dos juros	4	-	-	4
Pagamento de termo financeiro	(8)	-	-	(8)
Saldo parcelamento da dívida em 31 de março de 2025	127	-	-	127
Circulante	94	37	-	131
Não circulante	516	210	-	726
	610	247		857

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A despesa líquida com planos de pensão e saúde inclui os seguintes componentes:

		Controladora			
	Plano de	e Pensão	_		
	PPSP-R	PPSP-NR	Plano de saúde	Total	Total
Custo do serviço corrente	1	_	-	1	1
Juros líquidos sobre o passivo líquido	14	7	1	22	22
Custo do período	15	7	1	23	23
Relativa a empregados ativos:					
Diretamente no resultado	1	-	-	1	1
Relativa aos inativos (*):	14	7	1	22	22
Custo do período	15	7	1	23	23
Parcelamento da Dívida:					
(+) Custo dos Juros	4	_	-	4	4
Custo da dívida no período	4	-	-	4	4
Relativa a empregados ativos:					
Diretamente no resultado	1	-	-	1	1
Relativa aos inativos (*):	3	_		3	3
Custo da dívida no período	4	-	-	4	4
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	19	7	1	27	27

^(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

Planos de Pensão

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

PPSP-R e PPSP-NR - Contribuições da Companhia

Em relação as contribuições dos planos PPSP-R, o valor acumulado até 31 de março de 2025, referente às contribuições normais foi de R\$ 7 (R\$ 6 até 31 de março de 2024).

As contribuições extraordinárias (referente aos planos de equacionamento de déficit – PEDs em vigor) do plano PPSP-R foi de R\$ 15 até 31 de março de 2025 (R\$ 15 até 31 de março de 2024).

Em relação as contribuições dos planos PPSP-NR, o valor acumulado até 31 de março de 2025, referente às contribuições normais foi de R\$ 2 (R\$ 3 até 31 de março de 2024). O total até 31 de março de 2025 referente às contribuições extraordinárias (referente ao plano de equacionamento de déficit – PED em vigor) do plano PPSP-NR foi de R\$ 6 (R\$ 4 até 31 de março de 2024).

Atualmente, a Vibra contribui para 3 planos de equacionamento de déficits em andamento para os planos PPSP-R e PPSP-NR, com o objetivo de reequilibrar os ativos e passivos do plano: (i) o Novo PED, iniciado em 2020, que consolidou os resultados do exercício de 2018 ("PED2018") com os valores do PED/2015; (ii) o PED PPSP-R 2021, baseado no resultado deficitário do plano apurado em 31/12/2021, com contribuições iniciadas em 04/2023; e (iii) o PED PPSP-NR 2022, baseado no resultado deficitário do plano apurados em 31/12/2022, com contribuições iniciadas em 04/2024.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

PP-2

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. Até 31 de março de 2025, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida no Plano Petros 2 foi de R\$ 1 (R\$ 1 até 31 de março de 2024).

FlexPrev

O Flexprev é o plano de previdência oficial da Vibra Energia desde dezembro de 2021. Criado na modalidade Contribuição Definida, é um plano mais moderno e alinhados as práticas de mercado. Os participantes oriundos dos planos PPSP-R, PPSP-NR e PP-2, também patrocinados pela Vibra, tiveram a opção de realizar a migração para o Flexprev.

O saldo das obrigações financeiras (instrumento de dívida) a ser pago à Petros resultante desta migração totaliza, em 31 de março de 2025, R\$ 127 referente ao PPSP-R (R\$ 131 em 31 de março de 2024 referente ao PPSP-R). Os valores resultantes da migração dos participantes dos planos PPSP-NR e PP-2 foram quitados na ocasião do pagamento da entrada da amortização do saldo devedor, em 2022. O saldo remanescente será pago pelo prazo máximo de 15 (quinze anos).

Essas obrigações representam: (i) no PPSP-R e PPSP-NR: as contribuições futuras normais devidas aos participantes na condição de assistidos (inatividade), bem como os valores devidos, vencidos e não pagos e os vincendos em relação ao Plano de Equacionamento de Déficit (PED) implementado e a parcela cabível à VIBRA do resultado deficitário nos PPSPs, e (ii) no PP-2: equivale a parcela de resultado deficitário de responsabilidade da VIBRA.

Os valores descritos são objeto de atualização por recorrência até a data do efetivo pagamento de cada parcela, com correção pelas metas atuariais dos planos de origem (pro rata die), sendo PPSP-R (IPCA + 4,43% a.a.), PPSP-NR (IPCA + 4,37% a.a.) e PP-2 (IPCA + 4,75% a.a.).

As contribuições patronais relativas ao FlexPrev pagas no período findo em 31 de março de 2025 totalizaram R\$ 7 (R\$ 7 em 31 de março de 2024).

Plano de saúde

A partir do 4º trimestre de 2020, a Companhia contratou o plano de saúde da Bradesco Seguros, oferecendo o benefício de saúde (médico e odontológico) aos seus colaboradores, ex-colaboradores e seus dependentes em substituição ao plano de autogestão (AMS).

De acordo com a Lei nº 9.656/98, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência de vínculo empregatício por meio de contribuições fixas e mensais, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assumindo o pagamento integral.

Para os colaboradores com 10 anos ou mais de contribuição e que venham a se aposentar na empresa, a Vibra ofereceu a possibilidade da manutenção do benefício vigente à época da aposentadoria, mediante pagamento de quota parte da mensalidade estipulada pela Companhia e a respectiva coparticipação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Aos colaboradores com tempo de contribuição entre 02 (dois) e 09 (nove) anos para o plano "AMS", a Vibra decidiu oferecer a possibilidade de continuidade do pagamento das mensalidades na condição de titular até que seja completado o período de 10 (dez) anos e desde que o colaborador se aposente na empresa, garantindo as condições de manutenção do plano, conforme regra descrita no parágrafo anterior.

Para aqueles com menos de dois anos de Companhia, o direito ao plano Bradesco foi dado pelo tempo de permanência na Companhia, respeitadas as regras da Lei nº 9.956/1998 e da RN 488 em caso de desligamento sem justa causa para os casos em que houve contribuição mensal ao plano de saúde (Lei nº 9.956/1998 e RN 488: legislação que garante o direito à permanência no plano de saúde de 6 meses a 2 anos após desligamento sem justa causa a depender do tempo de contribuição ao plano).

Os aposentados com menos de dez anos de Companhia, tiveram direito à permanência no plano pelo período equivalente ao tempo de contribuição.

Para os ex-colaboradores que foram desligados nos programas de demissão (PIDV/PDO), na condição de não aposentado, e pela RN 488 foi mantido o prazo previamente determinado no momento do desligamento.

Para o grupo de aposentados e pensionistas com contribuição superior a 10 anos, o plano de saúde é vitalício (direito adquirido), contudo a partir de 2022 é observada redução gradativa do subsídio patronal ao longo de 7 anos, atingindo em 2028 o equilíbrio do custeio.

A Companhia extinguiu as contribuições fixas para os novos colaboradores e adota a partir de 2022 a redução gradativa do subsídio patronal, eliminando o fator gerador do passivo e segue buscando o aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Em abril de 2022, a Companhia foi notificada acerca de duas liminares concedida pela Justiça do Trabalho em favor do Sindicatos de empregados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (ACC 0100176-39.2022.5.01.0009, ajuizada no dia 09/03/2022 e ACC 0010217-76.2022.5.03.0017, ajuizada no dia 28/03/2022) determinando que a Companhia se abstenha de utilizar a variação de faixa etária para fins de estipulação de mensalidades do plano de saúde, adote o custeio 70/30 (70% pela empresa e 30% pelo usuário) relativamente aos aposentados e pensionistas; e realize o desconto do valor devido pelo usuário em folha/contracheque da PETROS, suspendendo a cobrança por meio de boleto.

A liminar concedida na ACC 0100176-39.2022.5.01.0009 foi mantida, conforme sentença e acórdão proferido pelo TRT da 1º Região (RJ). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A liminar concedida na ACC 0010217-76.2022.5.03.0017 foi revogada em razão do reconhecimento pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região de incompetência da Justiça do Trabalho para a apreciação de demandas envolvendo o plano de saúde fornecido pela VIBRA, cujo julgamento deve ser realizado pela Justiça Comum, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça proferida no Incidente de Assunção de Competência nº 5º. O acórdão do TRT da 3ª Região (MG) foi objeto de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que manteve a decisão. O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pelo sindicato perante o STF.

Foram propostas, ainda, outras quatro ações coletivas por sindicatos e associações de aposentados. A ACC 0020293-35.2022.5.04.0017 (ajuizada no dia 28/03/2022) foi extinta sem julgamento do mérito, sob fundamento de prevenção do Juízo da 9ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, que recebeu a primeira demanda sobre o tema. Após a interposição de recursos pelas partes, foi proferido acórdão pelo TRT da 4ª Região (RS) que determinou o retorno do processo à 1ª instância para reabertura da instrução. O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Na ação coletiva 0100266-33.2022.5.01.0046 (ajuizada no dia 06/04/2022) houve a concessão de liminar, confirmada por sentença e acórdão proferido pelo TRT da 1ª Região (RJ). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Na ação coletiva 0100658-83.2022.5.01.0074 (ajuizada no dia 01/08/2022) houve a concessão de liminar e no dia 30/06/24 o processo foi concluso para sentença. Em 05/07/24, foi prolatada sentença desfavorável à VIBRA. O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TRT da 1ª Região (RJ). Considerando o critério de classificação de risco adotado para as ações sobre o tema, mencionado após o relato do andamento dos processos, não houve alteração na expectativa de risco, já classificada como possível.

Na ação coletiva 0101013-75.2022.5.01.0080 (ajuizada no dia 18/11/2022) o Juízo prolatou sentença em que reconheceu a incompetência da Justiça do Trabalho. Em face dessa decisão foi interposto recurso ordinário pelo sindicato perante o TRT da 1ª Região (RJ), ainda não julgado.

Na data de 22/11/2023, foi ajuizada a ação coletiva 0001367-03.2023.5.19.0001, em trâmite no TRT da 19ª Região (AL), na qual foi concedida liminar para determinar a manutenção das condições de custeio anteriores. A liminar em questão foi confirmada em sentença e acórdão proferido pelo TRT da 19ª Região (AL). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Atualmente, existem sete ações coletivas sobre o tema. Há um processo com decisão de primeira instância e um com decisão no TST favorável à VIBRA, reconhecendo a incompetência da Justiça do Trabalho para julgar o assunto. Em contrapartida, há um processo com decisão de primeira instância e três processos com decisões de segunda instância desfavoráveis à Vibra. Por fim, há um processo que foi extinto sem resolução do mérito, por prevenção. A decisão de segunda instância determinou a reabertura da instrução e há recurso da Vibra pendente de julgamento.

As ações em que houve a concessão de liminar e/ou a prolação de sentença desfavorável à VIBRA, considerando o contexto jurídico, arcabouço probatório, jurisprudência e legislação aplicáveis, foram classificadas como perda possível: 0100176-39.2022.5.01.0009, 0100266-33.2022.5.01.0046, 0100658-83.2022.5.01.0074, 0001367-03.2023.5.19.0001.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As ações em que houve o reconhecimento de incompetência da Justiça do Trabalho ou de prevenção estão classificadas como perda remota: 0010217-76.2022.5.03.0017 e 0101013-75.2022.5.01.0080.

Já o processo nº 0020293-35.2022.5.04.0017, em que pende a controvérsia sobre a competência da Justiça do Trabalho nas instâncias ordinárias, o risco jurídico é classificado como perda possível.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

Em 31 de março de 2025 o capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 10.034 (R\$ 10.034 em 31 de dezembro de 2024), está composto por 1.119.000.000 (1.119.000.000 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

20.2 Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria detida pela Companhia em 31 de março de 2025 é de 4.488.696 (4.489.080 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de março de 2025 a Companhia possui registrado no patrimônio líquido o montante de R\$ 105 de ações em tesouraria (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2024).

20.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio

	Consolid	ado		
	Período de três meses fin em 31 de março de			
	2025	2024		
Saldo inicial	1.512	1.124		
Adição	350	-		
Pagamento	(478)	(441)		
Imposto de renda retido na fonte	(29)	-		
Saldo final	1.355	683		

Em 24 de fevereiro de 2025, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de remuneração antecipada aos acionistas, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), referente ao exercício social de 2025, no montante bruto de R\$350.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

20.4 Resultado por ação

	Consolidado			
	Período de três meses findo em 31 de março de			
	2025	2024		
Numerador				
Lucro líquido	615	789		
Denominador				
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.114.511.146	1.119.934.667		
Resultado por ação básico	0,5518	0,7045		
	_			
Numerador				
Lucro líquido	615	789		
Denominador				
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.114.511.146	1.119.934.667		
Potencial incremento de ações considerando o plano de incentivo	3.987.423	3.144.596		
Média ponderada de ações ajustadas	1.118.498.569	1.123.079.264		
Resultado por ação diluído	0,5498	0,7025		

21 Receita de vendas

	Consolid	lado	Controla	neses findos	
	Período de três me 31 de mar		Período de três n em 31 de ma		
	2025	2024	2025	2024	
Produtos, serviços e energia					
Derivados de petróleo					
Diesel	22.412	19.099	21.603	19.099	
Gasolina	13.161	11.817	13.090	11.817	
Óleo combustível	855	1.688	855	1.688	
Querosene de aviação	4.948	4.808	4.948	4.808	
Lubrificantes	819	746	819	746	
Coque	-	74	=	74	
Outros derivados	403	688	398	515	
Etanol	3.086	2.825	3.086	2.825	
Gás natural	85	119	85	119	
Produtos de Supply-House (a)	148	15	148	15	
Energia	1.279	7	8	7	
Serviços e outros	146	57	21	22	
	47.342	41.943	45.061	41.735	
Juros embutidos no preço dos produtos	(327)	(186)	(327)	(186)	
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(130)	(172)	(128)	(172)	
Bonificações por desempenho, prêmios e descontos	(238)	(193)	(238)	(193)	
Receita bruta	46.647	41.392	44.368	41.184	
Encargos de vendas	(1.741)	(1.793)	(1.454)	(1.789)	
Receita de vendas	44.906	39.599	42.914	39.395	

⁽a) Trata-se da venda de serviços e produtos químicos para a área de exploração e produção, abastecendo plataformas, sondas, FPSOs e unidades terrestres com os produtos indispensáveis às operações e demais aplicações, sendo o maior cliente a Petrobras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

21.1 Passivos de contratos

Estão classificados no grupo de Adiantamentos de Clientes e em 31 de março de 2025 perfazem o montante de R\$ 475 no consolidado e R\$ 457 na controladora (em 31 de dezembro de 2024 estes saldos eram R\$ 322 no consolidado e R\$ 314 na controladora).

O valor de R\$ 243 foi reconhecido como receita em 2025 e estava incluído no saldo de passivos de contrato no início do período (R\$ 303 em 31 de março de 2024).

22 Custo e despesas por natureza

22.1 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	Consolid	ado	Controla	dora	
	Período de três me 31 de mare		Período de três meses findos em 31 de março de		
	2025	2024	2025	2024	
Produtos	(42.403)	(37.433)	(40.724)	(37.259)	
Serviços de terceiros e aluguéis	(41)	(24)	(32)	(24)	
Despesas com pessoal	(12)	(7)	(7)	(7)	
Depreciação e amortização	(102)	(3)	(3)	(3)	
Outras	39	(21)	(22)	(21)	
Total	(42.519)	(37.488)	(40.788)	(37.314)	

22.2 Despesas de vendas

	Consolidado		Controladora		
	Período de três em 31 de m		Período de três meses findos em 31 de março de		
	2025	2024	2025	2024	
Serviços de terceiros, fretes e aluguéis	(445)	(403)	(445)	(403)	
Despesas com pessoal	(118)	(94)	(118)	(94)	
Perdas com títulos incobráveis	(15)	(18)	(15)	(18)	
Depreciação e amortização	(108)	(112)	(110)	(113)	
Outras	(56)	(41)	(56)	(41)	
Total	(742)	(668)	(744)	(669)	

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

22.3 Despesas gerais e administrativas

	Consolid	ado	Controla	dora	
	Período de três me 31 de març		Período de três meses findos em 31 de março de		
	2025	2024	2025	2024	
Serviços de terceiros e aluguéis	(79)	(56)	(61)	(55)	
Despesas com pessoal	(169)	(112)	(106)	(103)	
Depreciação e amortização	(33)	(28)	(18)	(23)	
Outras	(78)	(28)	(21)	(18)	
Total	(359)	(224)	(206)	(199)	

22.4 Outras receitas (despesas) líquidas

	Consolidado Período de três meses findos em 31 de março de		Controladora Período de três meses findos em 31 de março de	
	2025	2024	2025	2024
Créditos de PIS COFINS (nota 17.1)	398	535	398	535
Despesas de aluguéis	(21)	(19)	(21)	(19)
Desapropriação e incorporação de imóveis	-	20	-	20
Operações de hedge de commodities - importações em andamento	(5)	(17)	13	(19)
Operações de hedge de commodities - importações encerradas	(30)	(62)	(54)	(62)
Perdas e provisões com processos judiciais (nota 25.1)	(58)	28	(58)	28
Planos de pensão e saúde - inativos (nota 19)	(25)	(31)	(25)	(31)
Prêmios por desempenho e outros incentivos	(36)	(27)	(36)	(27)
Provisão crédito de descarbonização	(146)	(255)	(146)	(255)
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	115	113	115	113
Receita de armazenagem conjunta	37	38	37	38
Recuperação de Créditos Tributários - PIS e COFINS	49	37	49	37
Relações institucionais e projetos culturais	(38)	(21)	(38)	(21)
Resultado com alienação/baixas de ativos	37	56	37	56
Outros	37	48	33	50
Total	314	443	304	443

23 Resultado financeiro, líquido

			Controladora	
			Período de tr findos em 31 d	
	2025	2024	2025	2024
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(645)	(277)	(460)	(272)
Arrendamentos	(13)	(16)	(16)	(26)
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	(19)	-	38	-
Outras	(39)	(23)	(26)	(24)
	(716)	(316)	(464)	(322)
Receitas				
Por atraso de clientes	19	28	19	28
Financiamentos a clientes	41	12	46	14
Depósitos judiciais	13	18	13	18
Aplicações financeiras	188	120	142	111
Títulos e valores mobiliários	15	-	-	-
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	24	-	9	-
Outras	13	11	5	15
	313	189	234	186
Variações monetárias	(4.45)	(5.4)	()	(2.2)
Empréstimos e financiamentos	(118)	(34)	(23)	(22)
Impostos	153	7	153	6
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	17	(27)	17	(27)
Outras	<u> </u>	(1)	(10)	(10)
	52	(55)	137	(53)
Variac a combini				
Variações cambiais Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	(505)	22	(505)	22
Derivativo embutido	(337)	22	(303)	22
Clientes	(24)	- 6	(24)	- 6
Fornecedores	(24)	(11)	(4)	(11)
Empréstimos e financiamentos	580	(179)	572	(179)
Aplicações financeiras	(23)	10	(23)	10
Outras	(13)	-	(11)	-
Cuitas	(320)	(152)	5	(152)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(268)	(207)	142	(205)
Resultado financeiro	(671)	(334)	(88)	(341)
Negatiano illialicello	(07.1)	(334)	(00)	(341)

Os encargos dos financiamentos (juros, variação monetária e variação cambial) totalizaram R\$ 188 (nota 15.1) no período (R\$ 491 em 31 de março de 2024), sendo R\$ 183 reconhecidos no resultado e R\$ 5 como juros capitalizados (R\$ 490 em 31 de março de 2024 reconhecidos no resultado e R\$ 1 como juros capitalizados).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

24 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

Essas informações são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os itens não alocados nos segmentos ficam agrupados no Corporativo e dizem respeito, principalmente, aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

A Diretoria Executiva da Companhia avalia o desempenho dos negócios, a alocação de recursos, os resultados financeiros, as previsões e planos para os segmentos operacionais que se seguem: (i) Rede de Postos; (ii) B2B; e (iii) Renováveis. Doravante somente estes três segmentos terão seus resultados regularmente revistos e acompanhados pelo principal gestor das operações, com seu desempenho individual avaliado periodicamente pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Os resultados de participações em outras empresas, atualmente não controladas e avaliadas contabilmente pelo método da equivalência patrimonial, não serão considerados para fins de apuração do EBITDA.

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

B₂B

Comercializa combustíveis, derivados de petróleo, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia. Adicionalmente, comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

Renováveis

Composto por controladas que possuem em seu portfólio fontes de energia renováveis que provocam menos impactos negativos ao meio ambiente e que são uma alternativa ao modelo energético com uso predominante de combustíveis fósseis. Em 31 de março de 2025, representa o desempenho da Comerc Energia S.A..

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - mar/25

	Rede de			Total dos			Reconciliação com as Demonstrações	Total
	Postos	B2B	Renováveis		Corporativo	Total	Contábeis	Consolidado
Receita de Vendas	26.970	16.868	1.198	45.036		45.036	(130) (a)	44.906
Marcação a Mercado	-	=	-	-	=	-	(47) (b)	(47)
Custo dos produtos vendidos	(25.621)	(15.880)	(916)	(42.417)	=	(42.417)	(102) (c)	(42.519)
Lucro (Prejuízo) bruto	1.349	988	282	2.619	-	2.619	(279)	2.340
Despesas								
Vendas, gerais e administrativas	(332)	(480)	(72)	(884)	(75)	(959)	(156) (d)	(1.115)
Tributárias	(5)	-	-	(5)	(7)	(12)	(22) (e)	(34)
Outras receitas (despesas), líquidas	(19)	398	3	382	(5)	377	(63) (f)	314
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	-	-	29 (g)	29
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(671) (h)	(671)
EBITDA Ajustado	993	906	213	2.112	(87)	2.025		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							(1.162)	863

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - mar/24

	Rede de Postos	B2B	Total dos segmentos	Corporativo	Total	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis	Total Consolidado
Receita de Vendas	24.357	15.414	39.771	-	39.771	(172) (a)	39.599
Custo dos produtos vendidos	(22.984)	(14.501)	(37.485)	=	(37.485)	(3) (c)	(37.488)
Lucro (Prejuízo) bruto	1.373	913	2.286	-	2.286	(175)	2.111
Despesas							_
Vendas, gerais e administrativas	(318)	(394)	(712)	(37)	(749)	(141) (d)	(890)
Tributárias	(11)	(5)	(16)	(8)	(24)	(11) (e)	(35)
Outras receitas (despesas), líquidas	(135)	62	(73)	505	432	11 (f)	443
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	-	(71) (g)	(71)
Resultado financeiro líquido	=	-	=	-	-	(334) (h)	(334)
EBITDA Ajustado	909	576	1.485	460	1.945		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos						(721)	1.224

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Reconciliação com as demonstrações contábeis (a) Receita de Vendas	31.03.2025	31.03.2024
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes		
As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas, principalmente, aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes. Correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os clientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.	(130)	(172)
(b) Marcação a Mercado		
MTM - Compra e Venda Futura de Energia	(47)	-
(c) Custo dos produtos vendidos Depreciação e amortização	(102)	(3)
(d) Vendas, gerais e administrativas Depreciação e amortização	(140)	(140)
Perdas de crédito esperadas Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia.	-	(1)
<u>Custos de Retenção</u> Despesas não recorrentes com plano de retenção	(16)	-
(e) Tributárias		
Os ajustes de impostos referem-se a anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.		
Anistias fiscais: trata-se das provisões referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais.	(4)	(3)
Encargos tributários: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(18)	(8)
(f) Outras receitas (despesas), líquidas		
Perdas e provisões com processos judiciais		
Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	(58)	28
Operações de hedge de commodities - importações em andamento	(5)	(17)
(g) Resultado de participações em investimentos	29	(71)
(h) Resultado Financeiro, líquido	(671)	(334)
Total	(1.162)	(721)

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

24.1 Desagregação da Receita

		Conso	lidado						
	Período de	Período de três meses findos em 31 de março de 2025							
	Rede de Postos	B2B	Renováveis	Total					
Produtos e serviços									
No país									
Norte	2.190	1.396	-	3.586					
Nordeste	6.353	3.078	-	9.431					
Centro Oeste	3.152	1.768	-	4.920					
Sudeste	10.301	7.216	-	17.517					
Sul	4.974	2.421	-	7.395					
No exterior	-	989	-	989					
Energia (*)	-	-	1.198	1.198					
Total	26.970	16.868	1.198	45.036					

		Consolidado					
	Período de três mes	Período de três meses findos em 31 de março de 2024					
	Rede de Postos	B2B	Total				
Produtos e Serviços							
No país							
Norte	1.971	1.923	3.894				
Nordeste	5.749	2.763	8.512				
Centro Oeste	2.840	1.549	4.389				
Sudeste	9.433	6.715	16.148				
Sul	4.364	1.497	5.861				
No exterior	-	967	967				
Total	24.357	15.414	39.771				

^(*) A receita de Energia é substancialmente oriunda das atividades da comercializadora que compra energia no mercado livre, onde os preços podem variar entre regiões e é proveniente de como ela negocia a energia no mercado e não necessariamente a partir de cada região do país. Dessa forma, sua receita é analisada de forma consolidada, considerando os riscos de variações de preços, custos e as oportunidades de negociação em grande escala, não trazendo informações relevantes na desagregação por região.

25 Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências

25.1 Processos judiciais e administrativos provisionados

As principais ações provisionadas se referem aos seguintes eventos:

Processos Fiscais

- (i) não homologação de compensações de tributos federais (exceto IPI) processos da União (R\$ 76 em 31 de março de 2025 e R\$ 65 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) ICMS FEEF/FOT (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal / Fundo Orçamentário Temporário) demanda em que é discutida a constitucionalidade da cobrança de FEEF-RJ (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Rio de Janeiro) e FOT-RJ (Fundo Orçamentário Temporário do Rio de Janeiro) sobre diferimentos de ICMS da Companhia, cujo resultado foi desfavorável aos contribuintes na ADI 5635, julgada pelo STF (R\$ 132 em 31 de março de 2025 e R\$ 129 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Processos Cíveis

- (i) demanda em que a Companhia foi condenada a indenizar a autora (Valpar) pelo descumprimento de Contratos de Fornecimento, Transporte e de Mútuo, estando em fase de liquidação de sentença, após já ter havido pagamento da parte líquida da condenação (R\$ 194 em 31 de março de 2025 e R\$ 187 em 31 de dezembro de 2024);
- (ii) demanda que visa a indenização pela violação da cláusula de proporcionalidade entre os volumes de produtos adquiridos pelas autoras e o volume de cargas a serem transportados pela Ouro Verde, com a qual a Companhia firmou contratos vinculados de transporte e fornecimento de combustíveis. A Companhia foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entendem devida: R\$ 1.041 como faturamento bruto, relativos a fretes não transportados para a Companhia e R\$ 83 a título de lucros cessantes, já tendo havido laudo pericial homologado pelo juízo. Contra esta decisão, autora e ré recorreram, tendo o recurso especial ao STJ. Em 05.09.2024 foi negado provimento ao Recurso Especial da Vibra. Apresentamos embargos de declaração, distribuídos ao Min. Buzzi. O Recurso Especial da Viação Ouro Verde não foi admitido pelo TJSP, tendo a Viação interposto agravo em face dessa decisão. (R\$ 94 em 31 de março de 2025 e R\$ 90 em 31 de dezembro de 2024);

Processos Trabalhistas

- (i) Complementação/Suplementação de aposentadoria processos trabalhistas envolvendo a Companhia e a Petros movidos por ex-empregados pleiteando diferenças nos valores recebidos em sua complementação de aposentadoria (R\$ 62 em 31 de março de 2025 e R\$ 64 em 31 de dezembro de 2024); e
- (ii) RMNR/Periculosidade pedido de pagamento do complemento da RMNR sem dedução do adicional de periculosidade do valor da RMNR, em que há decisão condenatória transitada em julgado contra a Companhia (R\$ 53 em 31 de março de 2025 e R\$ 64 em 31 de dezembro de 2024).

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

					Cons	olidado (a)				
				Período de	três mese	s findos er	m 31 de m	arço de			
			20	125					2024		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Outras	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	mbientais	Total
Saldo inicial	273	317	520	24	1	1.135	265	336	508	26	1.135
Adição, líquida de reversão	4	14	17	-	-	35	(23)	(5)	3	4	(21)
Utilização (*)	-	(8)	(27)	-	-	(35)	(1)	(3)	(44)	(6)	(54)
Transferência	-	1	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-
Atualização	7	(2)	18	-	-	23	2	(6)	(2)	(1)	(7)
Combinação de negócios	3	7	4	-	-	14	-	-	-	-	
Saldo final	287	329	532	24	-	1.172	243	322	465	23	1.053

⁽a) Valores da controladora não diferem substancialmente das informações do consolidado.

A Companhia possui ativos dados em garantia em processos judiciais, bem como garantias bancárias e seguro garantia.

^(*) O valor da baixa de depósitos judiciais é R\$ 23 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2025, conforme nota 25.2 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2024 (consolidado e controladora)).

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

25.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais relacionados

			Consc	olidado		
		31.03.2025	5			
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	329	67	262	317	67	250
Causas fiscais	287	220	67	273	219	54
Causas cíveis	532	41	491	520	49	471
Causas ambientais	24	2	22	24	2	22
Outras	-	-	-	1	-	1
Total	1.172	330	842	1.135	337	798

25.2 Depósitos judiciais

			Consolidado			Controladora
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	977	169	133	2	1.281	1.280
Adição, líquida de reversão	36	(5)	15	-	46	46
Utilização (a)	(3)	(8)	(5)	-	(16)	(16)
Atualização monetária / juros (b)	23	(8)	6	-	21	21
Combinação de negócios	-	1	-	-	1	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.033	149	149	2	1.333	1.331
Adição, líquida de reversão	12	2	(1)	-	13	13
Utilização (a)	-	(5)	(18)	-	(23)	(23)
Atualização monetária / juros (b)	19	(2)	(4)	-	13	13
Saldo em 31 de março de 2025	1.064	144	126	2	1.336	1.334

⁽a) Por pagamento de processos judiciais.

A Companhia mantém R\$ 330 (R\$ 337 em 31 de dezembro de 2024) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 25.1.1); R\$ 739 (R\$ 730 em 31 de dezembro de 2024) associados a contingências possíveis; R\$ 225 (R\$ 232 em 31 de dezembro de 2024) associados a contingências remotas; R\$ 19 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2024) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia e suas investidas são autoras e R\$ 23 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2024) referem-se a outros.

⁽b) Inclui ajustes das estimativas de atualização e juros.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

25.3 Processos não provisionados (perdas possíveis)

	Consol	idado	Controladora		
Natureza	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024	
Fiscais	7.197	7.026	7.194	7.026	
Cíveis	6.796	6.461	6.703	6.461	
Trabalhistas	514	503	504	503	
Ambientais	255	246	255	246	
Total	14.762	14.236	14.656	14.236	

Buscando a preservação de seus interesses e condições que lhe sejam favoráveis, a Companhia, eventualmente poderá realizar acordos extrajudiciais para cessar discussões com expectativa de perda classificada como possível. Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

a) Processos de natureza fiscal

Descriçã	o dos processos de natureza fiscal	31.03.2025	31.12.2024
Autores	Estados de GO, MS, PA, SP e TO		
1)	Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de		
-	documentação fiscal.	1.072	1.145
Autores	Estados de AM, BA, CE, GO, MA, MT, PA, PB, PE, PI, RN, SE, SP e TO		
2)	Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20° C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente		
	das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	1.691	1.594
Autoros	Estados da SP e Discom	1.091	1.594
Autores	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o		
3)	pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses		
	adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	257	252
Autor: U	nião		
4)	Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo (imunes ao IPI).	693	699
Autoros	Estados do AM e PE		
5)	Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior.	390	435
Autor: U	nião		
6)	Processos em que a Companhia é cobrada por dedução supostamente indevida de pagamento de juros sobre capital próprio na base de cálculo de IRPJ e CSLL.	437	451

	o dos processos de natureza fiscal	31.03.2025	31.12.2024
Autores:	Estados de AL, AM, ES, MS, MT, PB, PI, RJ, RN, RS, SP, Distrito Federal e União		
_\	Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento		
7)	e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela	172	150
	Companhia.	173	158
Autores:	Estado do AC, AL, AM, BA, CE, GO, PB, PI, RO, SC e SP		
۵)	Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago		
8)	quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção	274	26-
	entre operação e serviço de transporte.	274	267
Autor: U			
۵۱	Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba		
9)	a título de PLR e prêmio por desempenho pagos aos empregados e/ou dirigentes.	222	220
Autor: Ui	nião		
	Discussão sobre a viabilidade quantitativa e qualitativa de compensações tributárias operadas		
10\	pela Companhia, cujas DCOMPs não são homologadas pela Secretaria da Receita Federal -		
10)	exceto créditos de IPI, tratados em outro perfil.		
	Choose of Canada ac in 1, tratages on Catalo por ini	119	126
Autor: Es	stado do RJ		
11)	Processo em que se discute a apropriação de crédito escritural de ICMS, tendo em vista que		
11)	o Estado autuou a Companhia por suposta escrituração de créditos em duplicidade.	119	116
Autores:	Estados do MT, PA e PE		
40)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se ICMS relativo a operações		
12)	de entrada a partir de transferências entre seus estabelecimentos.	91	89
A t a a	Fetados do CE MT o DD		
Autores:	Estados da CE, MT e RR		
13)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se diferenças (complemento)		
	em relação à apuração do ICMS / ST.	41	61
Autor: U	nião		
	Processos em que a VIBRA discute que o coque, após submetidos a determinados		
14)	procedimentos físicos (peneiramento, fracionamento, granulometria) não perde a		
	característica de produto derivado de petróleo e, portanto, imune ao IPI.	94	-
Autores:	Estado do PA e União		
4=\	Caso em que a Companhia foi autuada em razão de recolhimento extemporâneo de tributo		
15)	sem atualizar os valores na forma exigida pela Fiscalização.	80	77
Autor: Es	stado do RJ		
	Processos em que a VIBRA é autuada como responsável solidária pelo recolhimento de ICMS,		
1	encargos legais e multa, referente a operações interestaduais na modalidade FOB, sem a		
16)	emissão do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) e/ou outra obrigação		
	instrumental, dificultando o rastreamento da carga vendida.	135	-
Autor: Ui		<u> </u>	
	Processos em que a Companhia é autuada quanto ao não recolhimento de contribuição		
17)	previdenciária patronal sobre verbas pagas como honorários a administradores,		
_,,	considerando-se suposta relação empregatícia desses com a Companhia.	212	207
Autor Fo	stado do RJ	212	207
Autor. ES	Processos em que a Companhia foi autuada por utilização de NCM (Nomenclatura Comum do		
18)	Mercosul) de produto com a qual o Estado não concorda, e cobra ICMS-ST que a Companhia		
10)	entende indevido.	72	71
	entende indevido.	72	71

Descriçã	ăo dos processos de natureza fiscal	31.03.2025	31.12.2024
Autores	:: Estados de MT, PE e SC		
19)	Processos em que a Companhia é exigida por recolhimento de ICMS-ST em operações com coque verde de petróleo. A Companhia alega ausência de norma determinando a ST.	41	42
Autor: l	Jnião		
20)	Cobrança fiscal federal relativa ao tratamento dos recebimentos de subsidiárias da Eletrobras como regime de caixa, haja vista a dívida constituída e o rating indicar valor justo zero a receber.	366	356
Autor: E	Estado da BA		
21)	Casos em que a Companhia é autuada por utilizar créditos de ICMS em período superior a 5 anos do seu surgimento, por ausência de oportunidades anteriores para seu devido escoamento.	<u>-</u>	48
Autor: E	Estado de GO		
22)	Processos em que a Companhia é cobrada por não recolher percentual relativo ao Fundo de Combate à Pobreza juntamente com o ICMS.	69	80
Autores	: Estados da PB, PE, SC, SP, AM, MS, PA, PI, RJ e RS		
23)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia. de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade.	41	42
Autor: E	stado do RJ		
24)	Processo em que se discute a exigência referente a crédito de ICMS no percentual de 10% sobre o total de benefícios concedidos pelo Estado do Rio de Janeiro.	58	43
	Processos diversos de natureza fiscal	450	447
	Total	7.197	7.026

Descr	ição dos processos de natureza cível	31.03.2025	31.12.2024
Auto	: Associação de Mantenedores Beneficiários da Petros – AMBEP		
1)	Ação Civil Pública através da qual pretende que o custo de "equacionamento de déficit do Plano Petros 1", seja imputado tão somente às patrocinadoras, administradores do plano de previdência complementar, bem como a fundos de investimento, e não aos participantes do plano, uma vez que o déficit teria sido causado por má gestão.		
	Situação atual : Após recurso da Petros, foi firmada a competência da Justiça Federal do Distrito Federal. Ao longo de 2024 o processo foi redistribuído duas vezes por suspeição dos juízes designados, tendo a última redistribuição sido para a 1ª Vara Federal do DF em 9 de dezembro de 2024.	2.601	2.485

Descriç	ão dos processos de natureza cível	31.03.2025	31.12.2024
	WTorre Engenharia E Construção S.A Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglio decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondonópolis.		
	Situação atual: Decisão suspendendo a arbitragem enquanto estiver eficaz a liminar favorável à Companhia deferida na Ação Civil Pública movida em face da W. Torre.	1.747	1.698
Autor: (CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica Inquérito convertido em Processo Administrativo, em decisão publicada em 02/07/2020. As infrações apuradas no referido processo, decorrentes da operação DUBAI, são: acordo de preços do etanol e divisão de clientes no Distrito Federal/DF, bem como a adoção de uma política de discriminação de adquirentes em âmbito nacional, com efeito no mercado do Distrito Federal/DF. Eventual multa é calculada com alíquotas entre 0,01% e 20%, tendo sido utilizada a alíquota máxima (20%). Para fins de base de cálculo, restringiu-se ao faturamento bruto anual (ano anterior a instauração do PA - 2019) da Companhia no mercado relevante geográfico definido pelo CADE nos autos do processo - DF.		
	Situação atual: A SG/CADE emitiu Nota Técnica convertendo o Inquérito Administrativo em Processo Administrativo. A defesa da Companhia foi apresentada em 07/05/2021. Após a realização das oitivas de testemunhas e dos depoimentos pessoais, a SG/CADE determinou o encerramento da fase instrutória em 17/09/2024. Em 24/10/2024, a SG/CADE emitiu parecer final recomendando o arquivamento do processo em relação à Vibra e colaboradores BR. Em seguida, o processo foi encaminhado ao Tribunal do CADE, aguardando-se o julgamento definitivo.	482	472
Autor: I	Francisco Messias Cameli		
	Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição de Cruzeiro do Sul.		
4)	Situação atual : Em 23/06/2020 foi publicado o acórdão do julgamento em 2ª instância negando provimento ao recurso da Companhia, por maioria de votos, vencido o Desembargador Relator que dava provimento ao apelo recursal. Em 29/06/2020 a Companhia interpôs recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados. Interposto pela Companhia o Recurso Especial, este foi admitido na origem e se encontra concluso ao relator no STJ.		
Autor	Dislub Distribuidora De Lubrificantes Ltda.	289	277
	Autor moveu ação em face da Companhia objetivando a rescisão do contrato de distribuição, o pagamento de indenização a título de perdas e danos sobre uma série de alegados prejuízos e o pagamento de multa contratual. A Companhia foi condenada a reparar apenas o dano material, na forma de lucros cessantes. Porém, o cálculo do perito foi realizado com base nas vendas mensais dos produtos pela Dislub sem a dedução dos seus custos operacionais e tributários. Situação atual: Processo está em fase de recurso no STJ – Embargos de Divergência admitidos, porém ainda sem julgamento.		
		185	178
	CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica Trata-se de discussão judicial sobre a multa imposta pelo CADE à Companhia e no bojo do Processo Administrativo por suposta prática anticoncorrencial de abuso de posição dominante, deflagrada por representação da GRAN PETRO contra as empresas que compõem o pool de aviação no aeroporto de Guarulhos-SP.		
6)	Situação atual: A Vibra ingressou em juízo contra essa decisão administrativa do CADE e obteve o deferimento de liminar determinando a suspensão da cobrança da multa e da obrigação de fazer até o julgamento final da ação judicial. Débito garantido. Liminar deferida. Processo em 1º instância, aguardando julgamento.		
		87	82

	ão dos processos de natureza cível	31.03.2025	31.12.2024
Autor:	CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica Cuida-se de ação anulatória buscando ver desconstituída decisão administrativa do CADE oriunda de procedimento de investigação a respeito de supostos cartéis na revenda e distribuição de combustíveis em Belo Horizonte e adjacências.		
7)	Situação atual: Em 04/07/2024, juntado ofício do TRF-1 informando o julgamento do conflito de competência, que fixou a prevenção e competência da 4ª Vara Federal para julgar a ação anulatória ajuizada pela VIBRA, que em 19/07/2024 opôs embargos de declaração em face do mencionado julgamento, tendo o relator intimado o CADE para oferecer suas contrarrazões aos aclaratórios, apresentadas em 19/08/2024, aguardando-se julgamento.	95	90
Autor:	Auto Viação Ouro Verde Ltda		
	Demanda que visa a indenização pela violação da cláusula de proporcionalidade entre os volumes de produtos adquiridos pelas autoras e o volume de cargas a serem transportados pela Ouro Verde, com a qual a Companhia firmou contratos vinculados de transporte e fornecimento de combustíveis.		
8)	Situação atual: A Companhia foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entendem devida: R\$1.041 como faturamento bruto, relativos a fretes não transportados para a Companhia e R\$83 a título de lucros cessantes. O juízo já homologou laudo pericial, não acatando inteiramente os valores defendidos pela Ouro Verde, decisão confirmada pelo TJSP. Os valores homologados estão inteiramente refletidos pela Companhia em suas demonstrações financeiras. O valor em contingência aqui indicado representa a diferença entre o valor provisionado pela companhia e o total atualizado, conforme decisão no cumprimento de sentença. Autora e ré recorreram ao STJ em discussão sobre o laudo pericial. Em 05.09.2024 foi negado provimento ao Recurso Especial da Vibra. Apresentamos embargos de declaração no Resp, distribuídos ao Min. Buzzi, ainda sem decisão. O Recurso Especial da Viação Ouro Verde não foi admitido pelo TJSP, tendo a Viação interposto agravo em face dessa decisão.	116	111_
Autor:	DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda.		
	A DISCOM alega que a Companhia, desde outubro de 1997, firmou um contrato de promessa de compra e venda mercantil, constando no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando prejuízos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos.		
9)	Situação atual: Em julgamento ocorrido em 19 de maio de 2021, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco manteve a sentença, exceto para estabelecer a SELIC como critério de atualização da condenação. Após os embargos de declaração da Companhia terem sido negados pelo TJPE, a Companhia interpôs Recurso Especial, admitido na origem. No STJ o recurso do distribuído ao relator Min. Moura Ribeiro, que em 21.08.2024 conheceu parcialmente o recurso especial e negou-lhe provimento. Apresentamos agravo interno.		
	Apresentantos agravo interno.	84	83
Autor:	Posto Pau de Vela Bahia Ltda Autor pede o pagamento de indenização por danos causados ao posto em função de práticas (preços e prazos) que inviabilizariam a obtenção de lucro pelo autor além, dos gastos em investimentos e danos morais. Pautada na tese da responsabilidade objetiva, busca ter por ressarcidos os prejuízos ocasionados pelo descumprimento dos contratos firmados com a Companhia, especialmente no que tange aos lucros, de forma a remunerar seus custos operacionais proporcionando, assim a rentabilidade pactuada.		
10)	Situação atual: Foi juntado laudo pericial nos autos indicando que algumas condições comerciais impostas pela Companhia teriam sido um dos fatores que colaboraram para os prejuízos sofridos pela parte autora. Entretanto, não foi feita liquidação, de modo que não se pode afirmar ainda a exata extensão desses alegados danos. O laudo elaborado por assistente técnico da Companhia rebate as conclusões do perito nomeado pelo juízo. O processo se encontra pendente de julgamento.		
	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	84	82

	Total	6.796	6.461
	Processos diversos de natureza cível	748	678
	04.12.2024, a GLD apresentou petição requerendo a produção de provas (testemunhal e perícia contábil). Em 21.01.2025, a Comerc apresentou petição reiterando a extinção da ação monitória.	45	
	02.12.2024, as partes foram intimadas para se manifestarem a respeito da produção de provas. Em		
	19/08/2024 foi juntado o primeiro mandado positivo em nome dos Réus. Em 09.09.2024, a Comerc opôs embargos monitórios. Em 30/09/2024, a GLD apresentou resposta aos embargos monitórios. Em		
	Situação atual: Distribuído em 17/07/2024. Em 31/07/2024, determinada a citação das Empresas. Em		
	muito além do previsto.		
	Trata-se de demanda movida por EPCista, indicando a existência de valores a serem recebidos em decorrência de atrasos causados pela Comerc, bem como utilização de mão-de-obra direta e indireta		
Autor:			
	Cumprimento de sentença ainda não iniciado.	41	40
	Em 28.02.2025 os ED's foram rejeitados, tendo o trânsito em julgado ocorrido em 26/03/2025.		
	Foram opostos segundos ED's em face desta decisão, que até 31.12.2024 ainda não havia sido julgado.		
	e Agravo Interno no Agravo em Resp, que teve seu provimento negado. Em setembro/2024 foram apresentados Embargos de Declaração (ED's) os quais foram rejeitados em decisão de novembro/2024.		
	Especial, o qual foi inadmitido. Em seguida, interposto Agravo em Recurso Especial que não foi conhecido		
	formulado na inicial, mas apenas em apelação. Apelação não provida, tendo a Cia. apresentado Recurso		
	extra petita, uma vez que o pedido de devolução dos valores pagos a título de sublocação não foi		
	observar as conclusões do laudo pericial, que entendeu não haver onerosidade excessiva, e julgamento		
	de forma solidária, a ressarcir todos os valores pagos a título de sublocação desde a citação. Houve oposição de Embargos de Declaração pela Companhia, alegando omissão no Acórdão que deixou de		
	da LAR pelo TJRJ, sendo reconhecida a rescisão do contrato, além de condenar a Companhia e a STEMAC,		
	Situação atual: Após sentença julgar improcedentes os pedidos da LAR, foi dado provimento à apelação		
	geração própria.		
	de alterações legislativas que tornaram a aquisição de energia no mercado livre mais vantajosa do que a		
	equipamentos que havia celebrado com ambas as empresas. Alegam onerosidade excessiva decorrentes		
	Lar Cooperativa ajuizou ação declaratória de rescisão contratual em face da Companhia e da Stemac, pleiteando a rescisão do Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e sublocação de		
Autor:	Lar Cooperativa Agroindustrial		
	qual ainda não foi julgado.	47	43
	os quais foram rejeitados em 26.09.2024. Em nov/24 apresentado recurso de apelação pela Grycamp, o		
	Situação atual: Sentença julgou improcedentes os pedidos da Autora, que opôs embargos de declaração,		
12)	investimentos feitos na adaptação da frota.		
	Vibra em lucros cessantes pelo que deixou de transportar até o final do contrato e indenização pelos		
	sofreu prejuízos com perda faturamento pela redução do volume transportado e pede a condenação da		
	Ação indenizatória em razão da rescisão antecipada de dois contratos de transporte. Grycamp alega que		
	Grycamp Transportes	173	
	apelação pela VIBRA e PETROBRAS que em março de 2025 foram providas para julgar improcedente a demanda. Foi apresentado recurso de embargos de declaração pela COMPASA.	145	142
	Compasa apresentaram embargos de declaração, que foram rejeitados em 24.04.2024. Apresentada		
	Petrobras, solidariamente, ao pagamento de indenização no valor de USD 44.175.793,24. Petrobras e		
	Situação atual: Prolatada sentença que, acolhendo a conclusão do laudo pericial, condenou a VIBRA e a		
111	a esta condenação.		
	condenação por fundamento análogo em 2015, lhe seria devida indenização relativa ao prazo posterior		
	sendo, portanto, solidárias no dever de exclusividade. Assim, tendo em vista que Petrobras vendeu asfaltos no Paraguai sem respeitar a exclusividade, tendo mantido as vendas mesmo depois de		
	exclusividade. Na argumentação da autora, Petrobras e Vibra formariam o mesmo grupo econômico,		
	em quebra de contrato de distribuição de produtos asfálticos firmado com a Vibra com cláusula de		
	Trata-se de demanda indenizatória ajuizada pela COMPASA em face da Petrobras e Vibra, fundamentada		

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

c) Processos de natureza trabalhista

Des	crição dos processos de natureza trabalhistas	31.03.2025	31.12.2024	
Aut	ores: Diversos			
1)	Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do Complemento da RMNR sem a dedução do adicional de periculosidade.	164	172	
Aut	ores: Diversos	_		
2)	Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do adicional de periculosidade sob o fundamento de que executam seu trabalho em condições de periculosidade, estando expostos a condições perigosas, na forma prevista na Norma Regulamentadora nº 16 do Ministério do Trabalho e Previdência.	80	74	
Aut	ores: Diversos			
3)	Processos trabalhistas movidos por ex-empregados/empregados de empresas transportadoras			
	de produtos contratadas pela Companhia.	53	53	
	Processos diversos de natureza trabalhista	217	204	
	Total	514	503	

d) Processos de natureza ambiental

Des	crição dos processos de natureza ambiental	31.03.2025	31.12.2024
Aut	or: Ministério Público do Estado de Goiás		_
1)	Ação Civil Pública por meio da qual o MP-GO pede a condenação da Companhia, da Transportadora ITA e do Município de Goiânia em danos ambientais decorrentes de derramamento de 12.000 litros de produto asfáltico em rios do Estado de Goiás, em razão de acidente ocorrido no momento da descarga do caminhão-tanque na Secretaria de Obras de Goiânia, cliente da Companhia.		
	Situação atual: Processo em fase de produção de provas.	192	185
	Processos diversos de natureza ambiental	63	61
	Total	255	246

26 Compromissos contratuais

a) Contratos "take or pay" de compras

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui compromissos de compras de óleo de xisto, para o período de três anos, que correspondem a um valor total de R\$ 340 com a Paraná Xisto (R\$ 162 em 31 de março de 2024).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui compromissos de compras de derivados de petróleo, para o período de um ano, que correspondem a um valor total estimado de R\$ 218 com a Petrobras (R\$ 229 em 31 de março de 2024) e de R\$ 85 com a Refinaria Mataripe (R\$ 86 em 31 de março de 2024).

b) Contratos "take or pay" de serviços

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui compromissos com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R\$ 391 (R\$ 457 em 31 de março de 2024), até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (*take or pay*) por cada trecho.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui compromissos referentes a serviço de armazenagem, para o período de quinze anos, com SPE – Nordeste Logística, ao valor estimado de R\$ 90 (R\$ 74 em 31 de março de 2024). Em 31 de março de 2025, a Companhia possui compromissos referentes a serviço de armazenagem para o período de um a quatro anos, com a Granel Química, ao valor estimado de R\$ 198 (R\$ 4 em 31 de março de 2024), com a CBL Terminais, ao valor estimado de R\$ 157 (R\$ 45 em 31 de março de 2024), com a Ultracargo, ao valor estimado de R\$ 51 (R\$ 65 em 31 de março de 2024) e com Ageo Terminais, ao valor estimado de R\$ 41 (R\$ 86 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui compromissos referentes a transporte ferroviário, para o período de 1 ano, com a com Rumo S.A. - Norte, ao valor estimado de R\$ 49 (R\$ 41 em 31 de março de 2024) e com a Rumo S.A. - Sul, ao valor estimado de R\$52 (R\$ 34 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025, algumas controladas da Comerc possuem compromissos de investimentos em infraestrutura já firmados no montante total de R\$ 194 no segmento de geração distribuída para o ciclo 3 (consolidado Mori 3 e Ares 2).

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

27 Instrumentos financeiros

Apresentamos os principais instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

		Nível	Consc	lidado	Controladora		
		Hierarquia Valor					
	Notas	Justo	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024	
Custo amortizado	_						
Caixa e bancos	5		1.401	1.309	383	399	
Aplicações financeiras	5		4.072	9.171	2.636	8.917	
Caixa e aplicações restritas	6		178	-	-	-	
Debêntures			359	-	-	-	
Contas a receber	7		7.081	5.796	6.720	6.280	
Total ativos ao custo amortizado	<u> </u>		13.091	16.276	9.739	15.596	
Fornecedores	13		2.919	2.432	2.394	2.427	
Financiamento de fornecimento de produtos	14		267	2.102	267	2.121	
Empréstimos e financiamentos	15		25.684	20.449	18.684	19.538	
Credores por aquisição de participações			62	75	-	-	
Total passivos ao custo amortizado			28.932	22.956	21.345	21.965	
	_						
Valor justo por meio do resultado							
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities Instrumentos financeiros derivativos - contratos futuros de comercialização de		2		4	3	4	
energia		2		-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos - derivativo embutido		2		-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos - swaps e NDFs		2	310	898	281	898	
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		3		1		1	
Total ativos ao valor justo por meio de resultado		_	6.790	903	284	903	
Credores por aquisição de participações (Earnout Integração)		3	_	2	_	2	
Credores por aquisição de participações (Earnout projeto em expansão)		3	157	157	157	157	
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities		2		32	9	23	
Instrumentos financeiros derivativos - contratos futuros de comercialização de energia		2	5.690	_	_	_	
Instrumentos financeiros derivativos - swaps e NDFs		2	247	38	115	38	
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		3	-	48	-	48	
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		2	169	-	-	-	
Total passivos ao valor justo por meio de resultado			6.292	277	281	268	

O valor justo dos empréstimos e financiamentos está apresentado na nota 15. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Valor Justo Hierarquia Nível 3

Alguns instrumentos financeiros foram avaliados pela Companhia como nível 3 visto que envolvem na sua mensuração *inputs* considerados significativos e não observáveis, conforme divulgado na nota 27 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

28 Gerenciamento de riscos

Os objetivos e as políticas de gerenciamento de riscos financeiros da Vibra Energia (Companhia), bem como a natureza dos riscos envolvidos, não sofreram mudanças no período de três meses findo em 31 de março de 2025, permanecendo, portanto, os mesmos divulgados na nota 28 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

No período findo em 31 de março de 2025, as demonstrações consolidadas da Vibra Energia passaram a apresentar os riscos inerentes às atividades da Comerc Energia e suas controladas, conforme demonstrado nas notas de riscos a seguir:

28.1 Risco cambial

Contratos de SWAP

Em 31 de março de 2025, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap.

A controlada indireta Hélio Valgas contratou instrumento financeiro derivativo para conversão da sua dívida de reais para dólares americanos visto que seu faturamento ocorre na respectiva moeda americana.

Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado do período.

A Companhia e suas controladas indiretas possuem 12 contratos de swap na modalidade US\$ x DI e 1 contrato na modalidade IPCA x US\$, demonstrados a seguir:

31.03.2025											
		Nocional	(Milhões)		Valor justo	(R\$ Milhões)	Resultado do	Resultado	Resultado		
Contratante	Ponta ativa		Ponta passiva		Ponta ativa Ponta passiva		Swap	descontado pelo risco	descontado pelo		
					(a)	(b)	(a) - (b)	de crédito	risco de crédito		
Vibra Energia	USD	995	CDI	5.393	5.781	5.682	99	99	833		
Nexway Comércio	USD	12	CDI	60	90	86	4	4	-		
Hélio Valgas	IPCA	1.574	USD	273	1.677	1.784	(107)	(106)	-		

O valor justo do swap é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de rendimento construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo do resultado do SWAP está sujeita a um ajuste do risco de crédito que reflete o risco de crédito da contraparte, isso é calculado com base no risco de crédito da Anbima.

As operações de Swap contratadas e vigentes em 31 de março de 2025 estão demonstradas a seguir:

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

			Contra	parte					Taxas Mé	Taxas Médias Swap	
Empresa	Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Vencimento	Total da Dívida	Ponta Ativa	Cobertura %	Ponta Ativa	Ponta Passiva	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank	fev-28	463	465	100%	6,33% a.a.	CDI + 1,05% a.a.	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	4131 BNP	BNP	fev-26	864	868	100%	2,38% a.a.	CDI + 1,69% a.a.	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	fev-26	575	578	100%	1,795% a.a.	CDI + 1,55% a.a.	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	out-27	520	523	100%	2,8075% a.a.	CDI + 1,52% a.a.	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	fev-28	348	349	100%	3,12% a.a.	CDI + 1,65% a.a.	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank	fev-27	434	436	100%	6,61% a.a.	CDI + 1,15% a.a.	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	NCE BoC	JP Morgan	abr-27	527	530	100%	4,10% a.a.	CDI + 1,3158% a.a.	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	mar-28	575	577	100%	5,8475% a.a.	CDI + 1,99% a.a.	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	PPE Bofa	BofA	nov-29	736	736	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 0,92% a.a.	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	PPE ICBC	ICBC	nov-29	294	295	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 0,52% a.a.	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	PPE Bofa	BofA	jan-30	436	437	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 2,40% a.a.	
Nexway	USD	Pré x DI	4131 Santander	Santander	mai-27	90	90	100%	5,41% a.a.	CDI + 1,02% a.a.	
Hélio Valgas	BRL	IPCA x USD	Debêntures	BTG	jun-38	1.643	1.678	100%	IPCA + 8,2561%	6,91% a.a.	

Análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia e suas controladas apresentam passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço 31 de março de 2025 e com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor justo potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições, a análise de sensibilidade apresentada considera mudança com relação à variável de risco assumida, mantendo constantes as demais.

O cenário provável representa o valor justo dos derivativos em 31 de março de 2025 , calculado com base na PTAX de venda do último dia útil.

		31.03.202	5				
		Valor justo (R\$ Milhões)	Resultado do	D 11 1	A.D. II I 014/A.D.	
Modalidade	Cenários	Ponta ativa	Ponta passiva	Swap	Resultado – descontado pelo	Δ Resultado SWAP pós desconto de	
		(a)	(b)	(a) - (b)	risco de crédito	Risco de Crédito	
	Cenário provável	5.871	5.768	103	103	-	
USD x CDI	Desvalorização do real frente ao dólar de 25%	7.340	5.768	1.572	1.561	1.458	
	Valorização do real frente ao dólar de 25%	4.404	5.768	(1.364)	(1.355)	(1.458)	
	Cenário provável	1.677	1.784	(107)	(106)	-	
IPCA x USD	Desvalorização do real frente ao dólar de 25%	1.677	2.230	(553)	(548)	(442)	
	Valorização do real frente ao dólar de 25%	1.677	1.338	339	336	442	

	31/03/2025	+25%	-25%
USDBRL	R\$ 5,7422	R\$ 7,1778	R\$ 4,3067

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Non Deliverable Forward - NDF

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para: (i) cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros, (ii) para proteção contra a variação cambial nas operações de importação de combustíveis, (iii) para *hedge* de estoques, (iv) para garantia de preço do Cartão Caminhoneiro.

Em relação ao faturamento de exportação em dólar dos clientes de aviação, ocorrido entre janeiro e março de 2025, o percentual de hedge contratado representou aproximadamente 100%. No tocante ao montante importado, a Companhia contratou hedge cambial, entre janeiro e março de 2025, para aproximadamente 100% das cargas da Vibra Energia, e para aproximadamente 100% das cargas da Vibra Importação, no mesmo período.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de *hedge* cambial para cobertura de, aproximadamente, 100% tanto do montante das exportações, de acordo com estimativa de venda, e das importações com liberações antes da data de vencimento.

A Hélio Valgas possui NDF's (Non-deliverable forward) da modalidade asiática com vencimentos até 12 de janeiro de 2026, com o objetivo de proteção contra a volatilidade cambial das receitas das controladas indiretas Hélio Valgas de I a V, cujos contratos de energia são precificados em dólares americanos. A Hélio Valgas realizou também, a contratação NDF's (Non-deliverable forward) da modalidade plain vanilla com vencimentos até 15 de dezembro de 2025, com o objetivo de proteção contra a volatilidade cambial da ponta passiva em USD da operação de SWAP.

As liquidações de todas as operações de *hedge* cambial com NDF, de janeiro a março de 2025, geraram um fluxo positivo para a Companhia de R\$41 e um fluxo positivo de R\$29 no consolidado. No mesmo período do ano anterior (2024) geraram um fluxo negativo de R\$ 18.

Cabe destacar que a Companhia e suas controladas não utilizaram nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF e *Swap*.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

31.03.2025

					01	.00.2020			
		No	cional ((Milhões))		Valor justo (
Contratante	Posição	ada	Posição vendida			Posição comprada	Posição vendida	Vencimento	
Vibra Energia	USD	\$	94	USD	\$	144	(2)	5	2T25
Vibra Importadora	USD	\$	31	USD	\$	1	-	-	2T25
Comerc Energia	USD	\$	16	USD	\$	12	2	(2)	2T25
Comerc Energia	USD	\$	-	USD	\$	12	-	(2)	
Comerc Energia	USD	\$	15	USD	\$	12	4	(3)	4T25
Comerc Energia	USD	\$	-	USD	\$	4	-	(1)	1T26

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de março de 2025, onde é calculado com base na PTAX de venda do último dia útil atualizada pelo cupom limpo, obtido no site da B3, que ajusta o valor de acordo com o vencimento de cada contrato. Datas intermediárias são interpoladas.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

		Desvalorização do Real	Valorização do Real frente
Derivativos de Moeda Estrangeira	Empresa	frente ao Dólar (+25%)	ao Dólar (-25%)
Contratos a termo de dólar (NDF) (*)	Vibra Energia	(74)	70
Contratos a termo de dólar (NDF)	Comerc Energia	(14)	5

^(*) A Companhia tem mais posição vendida do que comprada em USD.

A seguir a análise de sensibilidade dos demais instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial:

	Consolidado							
	Exposição em 31/03/2025	em		Cenário II				
Ativos								
Disponibilidades	441	Dólar / Real	110	(110)				
Contas a receber	294	Dólar / Real	74	(74)				
Derivativo embutido (a)	261	Dólar / Real	65	(65)				
Passivos								
Fornecedores	(1.568)	Dólar / Real	(392)	392				
Financiamentos	(6.326)	Dólar / Real	(1.582)	1.582				
Impacto no resultado								
Ganho/(perda)			(1.725)	1.725				
Critérios								

Cenário provável 1 - Desvalorização de 25% do real frente ao dólar. Cenário 2 - Valorização de 25% do real frente ao dólar.

(a) Derivativo embutido – contratos venda de energia

A receita do projeto das controladas indiretas Hélio Valgas de I a V é indexada ao dólar americano estando sujeita às flutuações cambiais que podem impactar a rentabilidade do projeto.

O contrato de venda de energia firmado pelas controladas, o qual tem prazo de suprimento de 20 anos, possui um derivativo embutido relacionado à moeda estrangeira (dólares americanos), devido ao fato da moeda em questão não ser normalmente utilizada no ambiente econômico de compra e venda de energia, bem como as partes envolvidas também não possuírem dólares americanos como moeda funcional. O nocional envolvido no contrato de venda de energia em 31 de março de 2025 é de USD 907.191.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

28.2 Risco de taxa de juros

Contratos de derivativo - Swap IPCA x CDI

A Companhia possui quatro contratos desta modalidade, totalizando R\$ 2.382 de operações dessa natureza com vencimentos até 25 de fevereiro de 2033.

31.03.2025								31.12.2024	
	No	Nocional (Milhões)			Valor justo (R\$ Milhões)		Resultado do	Resultado	Resultado
Contratante	Ponta	otivo.	Donto r	o o o o iv o	Ponta ativa	Ponta passiva	Swap	descontado pelo	descontado pelo
	Funa	aliva	Ponta	Jassiva	(a)	(b)	(a) - (b)	risco de crédito	risco de crédito
Vibra Energia	IPCA	2.382	CDI	2.382	2.614	2.550	64	64	42

As operações de Swap contratadas e vigentes em 31 de março de 2025 estão demonstradas a seguir:

		Cont	raparte					Taxas Médias Swap			
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Vencimento	Total da Dívida	Ponta Ativa	% Cobertura	Ponta Ativa	Ponta Passiva		
BRL	IPCA x CDI	CRA 43	JP Morgan	set-31	985	985	100%	IPCA + 5,3995%	111,10% do CDI		
BRL	IPCA x CDI	CRA 11	BofA	jul-25	397	397	100%	IPCA + 5,5914%	113,55% do CDI		
BRL	IPCA x CDI	CRI 100	BofA	fev-32	285	285	100%	IPCA + 4,9781%	98,28% do CDI		
BRL	Pré x CDI	DEBI 100	Itaú	fev-33	1.000	1.000	100%	15,13% a.a.	CDI + 0,12% a.a.		

Análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia tem passivos em moeda nacional indexados ao IPCA no balanço de 31 de março de 2025 e com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições, a análise de sensibilidade apresentada considera mudança com relação a variável de riscos assumida, mantendo constantes as demais.

O cenário provável representa o valor justo dos derivativos em 31 de março de 2025.

		31	.03.2025				
		Valor justo (R\$ Milhões)		Resultado do	Danishada danasatada		
Modalidade	Cenários	Ponta ativa	Ponta passiva	Swap	Resultado descontado pelo risco de crédito	Δ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito	
		(a)	(b)	(a) - (b)			
	Cenário provável	2.614	2.550	64	64	-	
IPCA x CDI	+ 25% na curva projetada de inflação implícita	2.698	2.550	148	147	83	
II ON X ODI	- 25% na curva projetada de inflação implícita	2.537	2.550	(13)	(13)	(77)	

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Segue a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 31 de março de 2025.

				Co	nsolidado
		Risco	Cenário Provável	+25%	-25%
	Exposição	CDI	14,15%	18,19%	10,25%
	em 31 de Março de	IPCA	5,06%	6,39%	3,75%
	2025	SELIC	14,25%	18,32%	10,32%
		TR	1,09%	1,37%	0,82%
		IGPM	8,58%	10,91%	6,30%
		INPC	4,87%	6,15%	3,61%
Instrumentos financeiros ativos					
Aplicações financeiras - CDI	2.203	CDI	312	401	226
Debêntures a receber - CDI	325	CDI	46	59	33
Debêntures a receber - IPCA	34	IPCA	5	6	4
Financiamentos a receber - CDI	249	CDI	35	45	26
Financiamentos a receber - IPCA	555	IPCA	28	35	21
Financiamentos a receber - IGPM	73	IGPM	6	8	5
Financiamentos a receber - INPC	67	INPC	3	4	2
Instrumentos financeiros passivos					
Empréstimos e Debêntures em CDI	(12.083)	CDI	(1.710)	(2.198)	(1.238)
Empréstimos e Debêntures em IPCA	(6.195)	IPCA	(313)	(396)	(232)
Empréstimos e Debêntures em SELIC	(11)	SELIC	(2)	(2)	(1)
Empréstimos e Debêntures em TR	(21)	TR	(0)	(0)	(0)
Resultado financeiro líquido, conforme estimativas					
Ganho/(Perda)			(1.590)	(2.038)	(1.154)
Variação do ganho/(perda)			. ,	(448)	884

Critérios

Cenário provável - considera as taxas de juros vigentes no mercado em 31 de março de 2025, foram utilizados como fontes: Banco Central do Brasil, IBGE e B3.

A análise de sensibilidade levou em consideração apenas a variação da taxa de juros em relação ao saldo devedor em 31 de março de 2025, não assumindo outras variações.

A tabela demonstra a receita (despesa) financeira líquida de um ano considerando os critérios mencionados acima.

28.2.1 Risco de preços

a) Derivados de Petróleo

A política de gerenciamento de riscos de preços de derivados não teve alteração no período de três meses findo em 31 de março de 2025, permanecendo, portanto, a mesma divulgada na nota 28.2.1 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Todas as operações com derivativos de commodity possuem lastro em atividades comerciais e de suprimento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A análise de sensibilidade desses derivativos está apresentada a seguir:

		Contratos	S			(em milhões	de reais)
Empresa	Tipo	Unid	Quantidade	Preço Médio de venda	Fechamento em 31.03.2025	MTM (Valor do Contrato)(*)	Cenário Possível (∆ de 25%)
Vibra Energia	RBOB (Gasolina)	cpg	126	1.253	1.315	(3)	(21)
Vibra Energia	HO (Diesel)	cpg	228	1.281	1.309	(3)	(34)
Vibra Energia	GO (Diesel)	MT	-	3.817	3.939	(8)	-
Vibra Trading Importação	GO (Diesel)	cpg	440	1.253	1.309	(10)	(71)
Vibra Trading Importação	GO (Diesel)	MT	-	3.878	3.935	(3)	-

Ptax venda 31/03/2025 5,7422

(*) Apenas operações de importações.

Vibra Trading BV

		(em milhõe	es de reais)
Tipo	Quantidade	МТМ	Cenário Possível (Δ de 25%)
Gasolina	124	(7,2)	(23,1)
Diesel	(51)	1,0	7,2
Frete	-	0,1	0,1

Ptax venda 31/03/2025 5,7422

b) Contratos futuros de comercialização de energia

No âmbito das operações de trading, a Comerc Energia assume posições compradas ou vendidas de energia conforme sua estratégia e projeção de preços futuros, as quais estão sujeitas a volatilidade. Caso tais preços sofram uma variação relevante, a rentabilidade da Comerc pode ser afetada.

As diferenças entre os volumes de energia gerada ou adquirida (oferta) e os volumes de energia vendida ou consumida (demanda) são liquidadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O PLD é calculado para cada submercado em base diária, e baseia-se no Custo Marginal da Operação (CMO), limitado a valores mínimos e máximos definidos pela ANEEL. Os valores máximo e mínimo do PLD são revistos e estabelecidos a cada ano pela ANEEL. As variações nos preços de mercado de curto prazo podem levar a perdas potenciais na atividade de comercialização. Os fatores que poderão afetar o PLD incluem (i) variações na carga prevista e identificada; (ii) redução/aumento da afluência prevista e verificada; (iii) antecipações ou atrasos no início das operações de novos geradores e/ou transmissores; e (iv) variações na geração prevista e verificada de pequenas usinas. A ocorrência de qualquer um desses fatores poderá levar a uma variação substancial no PLD, e este (e os próprios fatores citados acima), também afetam toda a estrutura a termo dos preços de energia, inclusive o longo prazo (em menor escala, observa-se que a volatilidade reduz com o prazo) o que pode resultar no aumento de custos ou redução de receita na comercialização de energia, e ainda poderá afetar negativamente o fluxo de caixa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Eventualmente poderá ocorrer, ainda, mudança da metodologia de formação de preço de uma estrutura de modelos computacionais para formação de preço por oferta. Essa alteração poderá mudar a volatilidade de preços de curto prazo e consequentemente nos preços de médio e longo prazo.

Ademais, o risco de variação de preços de mercado pode afetar as posições das empresas de comercialização (e, também afeta a exposição residual da geração centralizada), com possível efeito relevante nas receitas e resultado do grupo econômico da Companhia como um todo.

Valor justo dos contratos futuros de energia

A Comerc Energia e as controladas do segmento de trading possuem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2045.

O valor justo dos contratos de compra e venda de energia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno livre de risco de mercado, ajustada pelo índice de inflação de cada contrato, quando aplicável.

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando as respectivas datas-bases.

O impacto negativo da marcação a mercado no período findo em 31 de março de 2025 decorre, principalmente, da variação dos preços futuros de energia.

O efeito de marcação a mercado é registrado na margem operacional por se tratar de operação principal do segmento de comercialização de energia.

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado.

As análises de sensibilidade foram preparadas, considerando, para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre a curva futura de preços de mercado, para cada uma das datas de vencimento das obrigações contratuais. A Companhia entende que o cenário provável está refletido nos montantes contabilizados, uma vez que esses contratos estão marcados a mercado com base em cotações disponíveis. Os resultados obtidos estão demonstrados a seguir:

			Cenários p	projetados
	Variação no preço	Posição em 31/03/2025	Cenário 1 (25%)	Cenário 2 (50%)
Ganhos não realizados em operações de	Elevação	510	252	44
compra e venda de energia	Queda	510	667	877

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

28.3 Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Companhia e de suas controladas derivam (a) do fluxo de caixa gerado por suas operações, (b) do saldo de caixa e aplicações financeiras e (c) de eventuais empréstimos e financiamentos.

A Companhia acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus usos de fontes atuais, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

O fluxo não descontado a valor presente do principal e juros dos empréstimos e financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Consolidado 2031 em 2025 2026 2027 2028 2029 2030 Período **Total** diante Principal 997 1.904 4.244 3.544 3.610 2.952 6.923 24.176 2.486 2.442 2.247 1.971 1.566 18.556 Juros 2.673 5.170 4.577 5.581 4.518 12.094 Total 3.484 6.687 5.792 42.731

O restante dos passivos financeiros possui expectativa de realização de curto prazo, e estão consequentemente classificados no passivo circulante, com exceção dos derivativos que possuem prazos diversos conforme divulgado nas notas acima.

28.4 Risco de crédito

Risco de Crédito de Contrapartes Comerciais

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias, transportadoras, clientes governo e setor aéreo. A exposição ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber. A expectativa de liquidação desses recebíveis está detalhada na nota 7.

A carteira da Companhia somava R\$ 17.600 em 31 de março de 2025 (R\$ 18.278 em 31 de março de 2024).

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras.

A Companhia avalia a estimativa de perdas dos créditos com base nos segmentos e histórico de pagamentos dos clientes. As taxas são calculadas considerando o comportamento dos últimos 3 anos, sendo reavaliadas trimestralmente.

A seguir a matriz atualmente vigente:

	A Vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 365 dias	Mais de 365 dias
Clientes						
Rede de Postos B2B	0,22% 0,16%	69,51% 39,02%	81,21% 63,99%	87,12% 74,61%	90,71% 77,07%	100,00% 100,00%

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Risco de Crédito de instituições financeiras

Na análise de risco de crédito de instituições financeiras é realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating através de limites de: (i) Rating Mínimo em escala Local; (ii) PL Mínimo da Instituição Financeira; (iii) % de exposição ao PL da Instituição financeira e (iv) % de exposição máxima da Companhia a uma instituição financeira.

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações derivativos, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros, conforme o rating a seguir:

Nome	Empresa	País da agência bancária	Rating Escala Nacional	Agência de Risco	Rating Escala Global	Agência de Risco
Citigroup	Vibra	Américas	BBB+	S&P	BBB+	S&P
Banco Bradesco	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco do Brasil	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
Banco Itaú Unibanco	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	0	0
Banco Safra	Vibra	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco Santander S.A Brasil	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Caixa Econômica Federal	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
Citibank	Vibra	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Banrisul	Vibra	Brasil	AA+	S&P	BB-	S&P
JP Morgan	Vibra	Brasil	AAA	S&P	-	-
JP Morgan	Vibra	Estados Unidos	-	-	A	S&P
Scotia bank	Vibra	Canadá	-	-		S&P
MUFG	Vibra	Estados Unidos	-	-		S&P
MUFG	Vibra	Brasil	AAA	S&P	-	-
BofA	Vibra	Estados Unidos	-	-	A-	S&P
BNP	Vibra	França	-	-	A+	S&P
ABC	Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
BNB	Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
BNDES	Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
XP	Comerc	Brasil	AAA	Fitch	AAA	S&P
BTG Pactual	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
BRASIL (País)	Vibra		AAA	S&P	BB	S&P
Vibra Energia S.A.	Vibra	Brasil	AAA	Moody's	-	-

Garantias concedidas a clientes

A Companhia possui operações de financiamento de revendedores na venda de imóveis próprios, caracterizadas como "operações de vendor", nas quais a Vibra emite garantias ao Santander, preservando a alienação fiduciária do bem até a quitação integral das obrigações pelos clientes. Nessas operações, o montante máximo de exposição, em 31/03/2025, é de R\$ 252, sendo o último vencimento em mar/30.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

28.5 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos, almejando manter um perfil adequado de endividamento e garantindo retorno aos seus acionistas. A Companhia poderá alterar a sua estrutura de capital conforme as condições macroeconômicas, bem como em virtude do processo de desenvolvimento de projetos orgânicos e inorgânicos do portfólio.

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Financiamentos (nota 15)	25.684	20.449	18.684	19.538
Financiamento de fornecimento de produtos (nota 14)	267	-	267	-
Arrendamentos (nota 16)	666	359	656	675
Dívida bruta de financiamentos e arrendamentos	26.617	20.808	19.607	20.213
Instrumento Financeiro Derivativo (swap)	(61)	(875)	(163)	(875)
Dívida bruta após instrumento derivativo	26.556	19.933	19.444	19.338
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(5.473)	(10.480)	(3.019)	(9.316)
Menos: caixa e aplicações restritas (nota 6)	(178)	-	-	-
Menos: debêntures	(359)	-	-	
Endividamento líquido	20.546	9.453	16.425	10.022

28.6 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A Companhia classifica um instrumento financeiro mensurado a valor justo como nível 3, quando um ou mais dos dados significativos não forem observáveis.

Em 31 de março de 2025, o valor justo estimado para os financiamentos da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 15.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29 Partes relacionadas

29.1 Transações comerciais e outras operações

29.1.1 Por empresa

					(Consolidado
	Resultado		Ativo		Passivo	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia						
Evolua	-	-	-	-	303	133
Navegantes	1	-	37	29	-	-
Nordeste I	-	-	9	9	-	-
Zeg Biogás e Energia	-	-	11	11	-	-
	1	-	57	49	303	133
Empreendimentos controlados em conjunto / Coligadas da Comerc						
Estrela do Norte Geração de Energia SPE - Matriz (SPE I)	15	-	290	-	-	-
Estrela do Norte SPE II S.A.	-	-	79	-	-	-
Micropower Comerc Energia	1	-	26	-	-	-
Newcom Comercializadora Ltda	17	-	8	-	9	-
Ventos de Santa Amélia	-	-	1	-	-	-
Ventos de Santa Sofia	-	-	1	-	-	-
Ventos de Santo Abelardo	-	-	1	-	-	-
Ventos de Santo Artur	-	-	1	-	-	-
RDVE	-	-	1	-	-	-
Outros	-	-	2	-	-	
	33	-	410	-	9	
Total	34		467	49	312	133

					C	Controladora
	Resultado		Ativo		Passivo	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Controladas da Companhia						
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(18)	(20)	528	540	279	373
Vibra Trading B.V.	(3)	(2)	-	-	106	20
VBBR Conveniência	7	4	158	160	225	228
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	(14)	-	28	11	94	9
<u> </u>	(28)	(18)	714	711	704	630
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia						
Evolua	-	-	-	-	303	133
Navegantes	1	-	37	29	-	-
Nordeste I	-	-	9	9	-	-
Zeg Biogás e Energia	-	-	11	11	-	-
	1	-	57	49	303	133
Total	(27)	(18)	771	760	1.007	763

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29.1.2 Por operação

	Consolidado			Controladora			
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	
Resultado							
Receitas	17			-			
Variações monetárias e cambiais líquidas	-			(13)			
Receitas (despesas) financeiras líquidas	17			(16)			
Outras receitas e despesas	-			2			
Ativo							
Contas a receber (nota 7)		8			714		
Dividendos		7			1		
Debêntures		359			-		
Outros ativos realizáveis a curto prazo		37			-		
Outros ativos realizáveis a longo prazo		56			56		
Passivo							
Fornecedores			310			521	
Outras contas e despesas a pagar			2			225	
Arrendamentos			-			261	
Em 31.03.2025	34	467	312	(27)	771	1.007	
Janeiro a março/2024	-		•	(18)	•		
Em 31.12.2024	_	49	133	_	760	763	

Em 31 de março de 2025, as compras de derivados de petróleo realizadas com a controlada Trading BV totalizam R\$ 103 (R\$ 438 em 31 de março de 2024) e com a controlada Vibra Trading Importação e Exportação Ltda totalizam R\$ 1.281 (sem valor em 31 de março de 2024). Em 31 de março de 2025, as compras de álcool anidro e hidratado com a ECE (Evolua Etanol) totalizam R\$ 1.316 (R\$ 930 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui garantias prestadas a favor da Trading BV para as operações de compras realizadas por esta controlada até o montante de USD 1 bilhão (USD 1 bilhão em 31 de março de 2024). Adicionalmente, a Companhia é garantidora de empréstimos obtidos pela Trading BV pelo montante de USD 80 milhões (USD 80 milhões em 31 de março de 2024), além de garantias do tipo CSP — Credit Support Provider no valor de USD 50 milhões e Garantia Futures no valor de USD 2.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui garantias corporativas prestadas em favor da Comerc Energia no montante de R\$ 204 (R\$ 274 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui Garantia Future prestada em favor da Vibra Trading Importação e Exportação Ltda no montante de USD 8.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui mútuo de R\$ 37 com a Navegante Logística Portuária S.A., R\$ 12 com a Zeg Biogás e Energia S.A e de R\$ 8 para Nordeste Logística I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29.2 Remuneração da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora							
	Período de três meses findos em 31 de março de							_
	2025				2024			
Benefícios	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total
Curto prazo	9,0	2,5	0,2	11,7	8,3	2,7	0,2	11,2
Pós-emprego	0,3	-	-	0,3	0,3	-	-	0,3
Remuneração baseada em ações	5,1	0,9	-	6,0	2,1	1,4	-	3,5
Total	14,4	3,4	0,2	18,0	10,7	4,1	0,2	15,0

Em 31 de março de 2025, a Companhia mantinha seis membros na Diretoria Executiva (seis membros em 31 de março de 2024) e sete membros no Conselho de Administração (sete membros em 31 de março de 2024).

No consolidado a despesa com os honorários de diretores e conselheiros totalizou R\$ 32 (R\$ 15 em 31 de março de 2024).

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30 Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Arrendamentos	80	24	77	13
Valores retidos Combinação de negócios - nota 2.3	92	-	92	-
Outras transações				
Utilização de depósito judicial para pagamento de contingência	23	2	23	2

A Companhia adota a prática de apresentar os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade de investimento na demonstração dos fluxos de caixa.

Os fluxos de caixa das operações de risco sacado são apresentados como atividade operacional por representar pagamentos oriundos de aquisição de bens e serviços de natureza operacional.

31 Evento subsequente

Em abril de 2025, a Companhia concluiu sua saída definitiva da sociedade ZEG Biogás e Energia S.A. ("ZEG"). A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, tendo a Companhia efetuado os aportes e a capitalização de créditos na ZEG no montante de R\$40 e o pagamento no total de R\$20 aos atuais acionistas, nos termos da transação.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025

	Número das notas explicativas	
Títulos das notas explicativas	Anual de 2024	1°ITR-2025
Considerações gerais	1	1
Base de preparação das demonstrações contábeis	2	2
Uso de estimativas e julgamentos	3	3
Políticas contábeis materiais	4	4
Caixa e equivalentes de caixa	6	5
Contas a receber, líquidas	7	7
Estoques	8	8
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	9
Investimentos	10	10
Imobilizado	11	11
Intangível	12	12
Fornecedores	13	13
Financiamentos	14	15
Arrendamentos	15	16
Tributos	16	17
Salário, férias, encargos,prêmios e participações	17	18
Benefícios concedidos a empregados	18	19
Patrimônio líquido	20	20
Receita de vendas	21	21
Custo e despesas por natureza	22	22
Resultado financeiro, líquido	23	23
Informações por segmento	24	24
Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências	25	25
Compromissos contratuais	26	26
Instrumentos financeiros	27	27
Gerenciamento de riscos	28	28
Partes relacionadas	29	29
Informações adicionais às demonstrações do fluxo de caixa	30	30
Evento Subsequente	31	31

As notas explicativas do relatório anual de 2024 que foram suprimidas no ITR de 31 de março de 2025 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às demonstrações contábeis intermediárias são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Número das notas explicativas
Novas normas	5
Informações contábeis resumidas	10.1
Descrição das atividades das controladas	10.2
Descrição das atividades dos empreendimentos controlados em conjunto	10.3
Acordo celebrado para antecipação da aquisição de 50% da Comerc Energia S.A.	10.4
Impairment de empreendimentos controlados em conjunto	10.5
Combinação de negócios	10.6
Composição dos saldos dos investimentos em participações societárias	10.7
Imposto de renda e contribuição social diferidos / Estimativa de realização	16.3.2
Ativos dos planos de pensão	18.1
Premissas atuariais adotadas no cálculo	18.2.3
Análise de sensibilidade	18.2.4
Perfil de vencimento da obrigação	18.2.5
Provisão para Crédito de Descabornização (CBIO)	19
Reservas de lucros	20.3
Ajustes de avaliação patrimonial	20.5

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias e sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Vibra Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 34.274.233/0001-02, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia no período findo em 31 de março de 2025;
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações contábeis intermediárias da Companhia no período findo em 31 de março de 2025.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2025.

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR

Presidente

AUGUSTO RIBEIRO JUNIOR

Diretor Vice-Presidente Executivo de Finança Corporativas, Estratégia e RI

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B

CLARISSA DELLA NINA SADOCK ACCORSI

Diretora Vice-presidente Executiva de Energia Renovável

VANESSA PEDREIRA DE FREITAS GORDILHO

Diretora Vice-presidente Executiva de Comercial Varejo

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Diretor Vice-presidente Executivo de Operações e Supply

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SÉRGIO AGAPITO LIRES RIAL
Presidente
CLÁUDIO ANTONIO GONÇALVES
Conselheiro
FABIO SCHVARTSMAN
Conselheiro
AAABOSI UUUWANA BABBOS
MARCEL JUVINIANO BARROS
Conselheiro
MATEUS AFFONSO BANDEIRA
Conselheiro
Conseniend
NILDEMAR SECCHES
Conselheiro
WALTER SCHALKA
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

FRNIFSTO	PFRFS	POUSADA	ILINIOR
LINILDIO	Γ LIVL.)	FUUJADA	

Presidente

AUGUSTO RIBEIRO JUNIOR

Diretor Vice-Presidente Executivo de Finanças Corporativas, Estratégia e RI

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B

CLARISSA DELLA NINA SADOCK ACCORSI

Diretora Vice-presidente Executiva de Energia Renovável

VANESSA PEDREIRA DE FREITAS GORDILHO

Diretora Vice-presidente Executiva de Comercial Varejo

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Diretor Vice-presidente Executivo de Operações e Supply

CONTADOR

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO

Contador - CRC - RJ - 077.292/O-2



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Acionistas da **Vibra Energia S.A** Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Vibra Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2025.

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Juliana Ribeiro de Oliveira Contadora CRC RJ-095335/O-0